

COMISSÃO COVID-19/CMS

Pré Relatório da Comissão Temporária para os assuntos do Covid-19/CMS, Resolução Nº 058/2020/CMS, de 01 de junho de 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE - AGOSTO DE 2020

COMISSÃO COVID -19/CMS

Conforme Resolução Nº017/2019 – Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Joinville, Da Finalidade, Competência e Atribuições do Conselho.

O Conselho Municipal de Saúde de Joinville é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), integrante da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde que tem por finalidade:

- Formular estratégias para controlar a execução da Política Municipal de Saúde;
- Deliberar sobre estratégias e atuar no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros;
- Estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais conselhos e colegiados municipais;
- Apreciar, previamente, emitindo parecer sobre o Plano e aplicação de recursos financeiros transferidos pelos Governos Federal, Estadual e do orçamento municipal consignados ao Sistema Único de Saúde e emitir parecer;
- Acompanhar a execução do cronograma orçamentário do Fundo Municipal de Saúde bem como a sua aplicação e operacionalização;
- Fiscalizar a movimentação de recursos financeiros do Sistema Único de Saúde, no âmbito municipal e pronunciar-se conclusivamente sobre os relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde apresentados pela Secretaria Municipal da Saúde; conforme Lei Complementar 141/2012;
- Acompanhar e avaliar a compra de ações e serviços privados de acordo com o Capítulo II, da Lei nº. 8080, de 19 de setembro de 1990;
- Fiscalizar a alocação de recursos econômicos financeiros, operacionais e humanos dos órgãos institucionais integrantes do Sistema Único de Saúde;
- Acompanhar, avaliar e aprovar, a participação do Município em ações e serviços regionais de promoção, proteção e recuperação da saúde;
- Propor critérios para a criação de comissões necessárias ao efetivo desempenho do Conselho Municipal de Saúde, aprovando, coordenando e supervisionando suas atividades;
- Estimular a participação da comunidade através da sociedade civil organizada, nas instâncias colegiadas gestoras de saúde em nível municipal;
- Fomentar a ampla informação das questões de saúde e o amplo conhecimento do Sistema Único de Saúde à população e às instituições públicas e entidades privadas;
- Elaborar propostas, aprovar e examinar quaisquer outros assuntos que lhes forem submetidos, dentro de sua competência.

Do Funcionamento Das Comissões:

- As comissões são grupos de trabalho, cujo objetivo é o de assessoramento do Plenário, tendo sua competência, composição e prazo de duração estabelecidos no regimento e/ou resolução do CMS.
- Para melhor desempenho de suas atividades, o CMS criará Comissões, de caráter permanente ou temporário, constituídas por conselheiros, titulares e/ou suplentes, cujos trabalhos e resultados serão apreciados pelo Plenário do CMS.
- Compete às comissões:
 - Escolher, dentre os seus integrantes, um coordenador e um relator.
 - O relator deverá fazer o registro de cada reunião, apresentando os Pareceres em Plenário.
 - Cumprir o Regimento Interno do CMS.
- As Comissões instituídas pelo Conselho Municipal de Saúde poderão ser indicadas pelo Plenário ou indicadas pela Mesa Diretora, desde que atenda aos princípios de paridade dos segmentos contendo no mínimo 04 e no máximo 08 conselheiros, obedecendo seu regimento.

Considerando:

- A declaração da OMS, em 30.01.20, de que o surto da doença causado pelo novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional;
- A declaração da OMS, em 11.03.2020, que classificou a propagação da Covid-19 como uma epidemia;
- Considerando o Decreto Municipal nº 37.630, de 20 de março de 2020, que dispõe, em seu art. 1º, que “Fica decretada situação de emergência no Município de Joinville, para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus, de importância internacional”;
- Considerando o disposto no Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que “Declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências”;

Primeira reunião da Comissão, dia 08 de junho de 2020 das 20hs às 21hs, foram definidos o Coordenador e Relator, sendo composta por: Coordenador – Adilson Adolfo Correa - OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, Relatora – Jaqueline Schreiner Terra - CREFITO 10 - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região, demais membros – Luciano Henrique Pinto - Univille - Universidade Da Região De Joinville e Vilson Freitas Junior- Conselho Local de Saúde Comasa.

- Aos coordenadores das Comissões e Grupos de Trabalho incumbe:

I. Coordenar os trabalhos;

II. Promover as condições necessárias para que a Comissão ou Grupo de Trabalho atinja a sua finalidade, incluindo a articulação com os órgãos e entidades geradores de estudos, propostas, normas e tecnologias;

III. Designar relator para reunião;

IV. Apresentar relatório conclusivo, sobre matéria submetida a estudo, dentro do prazo fixado pelo Conselho, acompanhado de todos os documentos que se fizerem necessários ao cumprimento de suas finalidades, bem como as listas de presença das reuniões assinadas pelos participantes, para encaminhamento ao plenário do Conselho Municipal de Saúde;

- Aos membros das Comissões ou Grupo de Trabalho incumbe:

I. Realizar estudos, apresentar proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem distribuídas;

II. Requerer esclarecimentos que lhes forem úteis para melhor apreciação da matéria;

III. Elaborar documentos que subsidiem as decisões das Comissões ou Grupos de Trabalho.



Foto 1 – Registro da Primeira Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Segunda reunião da Comissão, dia 16 de junho de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:15h. Presença do Sr Adilson da Silva – presidente do CMS Joinville.

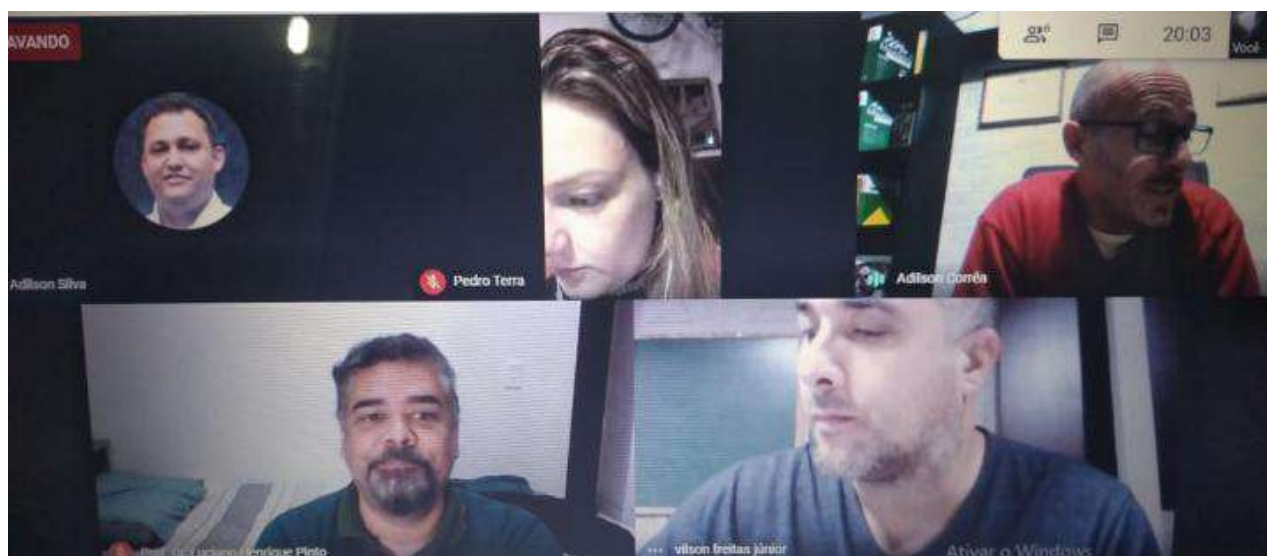
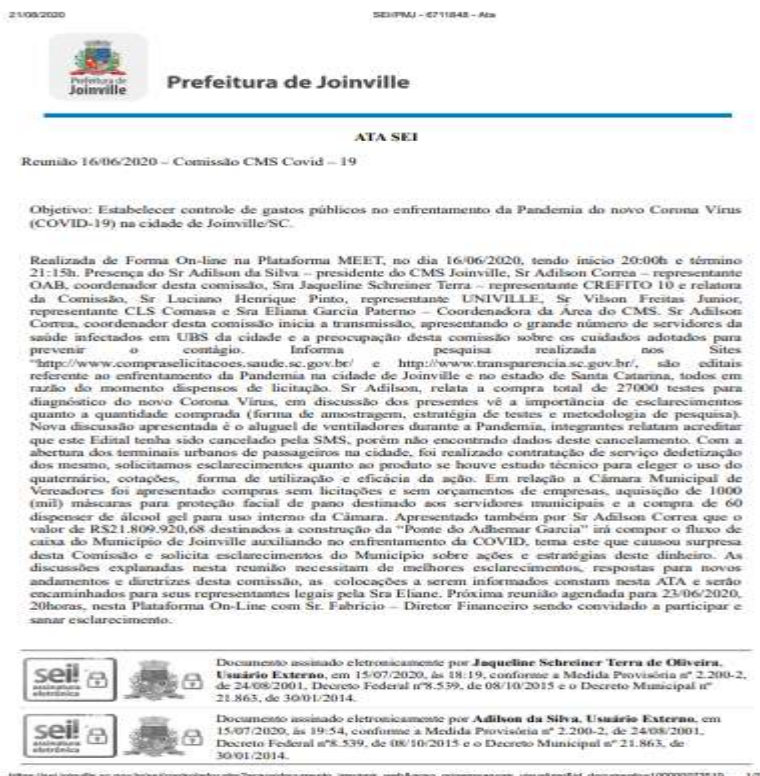


Foto 2 e 3 – Registro da Segunda Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Terceira reunião da Comissão, dia 23 de junho de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:20h. Presença do Sr Adilson da Silva – presidente do CMS Joinville e Sr Fabrício da Rosa, Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal São José.

23/06/2020

SEI/PMJ - 6712014 - Ata



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 23/06/2020 – Comissão CMS Covid – 19

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 23/06/2020, tendo início 20:00h e término 21:20h. Presença do Sr Adilson da Silva – presidente do CMS Joinville, Sr Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sra Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS e Sr Fabrício da Rosa, Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal São José. Coordenador inicia a reunião agradecendo a presença do Sr Fabrício, expondo a função da comissão como um elo importante de acompanhar e fiscalizar as compras realizadas durante a Pandemia de COVID-19 no município de Joinville. Primeiro questionamento é sobre a dificuldade no portal da transparência como por exemplo: atualização e facilidade de acesso. Fabrício relata que o site é atualizado por empresa terceirizada, e com a lei 13979 a partir de 25/05/2020 ocorreu nova forma de apresentação das informações e a última atualização foi 23/06/2020, data esta da última compra realizada. Sobre a dedetização dos terminais urbanos de passageiros tivemos 5 empresas participantes, a empresa ganhadora fica responsável de dedetizar todos os terminais diariamente no período noturno durante 4 meses (prorrogáveis por mais 2 meses), seu início foi 13/06/2020 com um custo total de 277.000,00 reais. Próximo tema foi o "alugueis de respiradores", Sr Fabrício esclarece que foi anulado 50% do contrato, o cancelamento do outros 50% possuem multa contratual, porém o não uso dos alugueis não gera custo para o município. Sr. Adilson Correa solicita esclarecimentos sobre leitos COVID em instituições públicas e privadas. Com a palavra, Sr Fabrício relata que a cidade conta com 90 leitos totais para COVID-19, apenas como curiosidade relatada, antes da Pandemia o Hospital Municipal São José tinha 30 leitos para uso geral, hoje conta com 60 leitos: 40 leitos COVID e 20 geral. Outros leitos da cidade: 19 leitos Hospital Hans Dieter Schmidt, 2 leitos Hospital HapVida, 19 leitos Hospital Dona Helena e 10 leitos Hospital Unimed. Discutido também sobre o planejamento da cidade para o enfrentamento da Pandemia. Foi divulgado um novo decreto dia 23/06/2020 nº 38520 com novas diretrizes para a população, outros planejamentos são: a ajudar financeiramente e com mão de obra para reforma de novos leitos de UTI do Hospital Hans Dieter Schmidt, realizar o chamamento público para compra de leitos em hospitais particulares e Sr Fabrício relata que a instituição ACU irá doar ao município mais 10 aparelhos de respiração mecânica. Abordado o aumento dos números de casos positivos no município, o que é natural pois a testagem esta ocorrendo diariamente com uma média de 300 pessoas incluindo os assintomáticos, o município comprou 18000 testes e ganhou 10000 do estado. Perguntado ao Sr Fabrício de como é realizado a fiscalização da circulação dos ônibus durante, relata que a prefeitura tem fiscalizado a questão de higienização e uso de máscara por munícipes e que inclusive os fiscais de transportes ganham força de autoridade sanitária, podendo assim cobrar os itens citados. Sr Adilson relata a compra da medicação Hidroxicloroquina pelo município, mas alertado por Fabrício que apenas foi realizado cotação no início de abril/20 e não a efetiva compra. Último tema abordado por esta comissão com Sr Fabrício foi os valores da "Ponte do Adhemar Garcia", o mesmo relata que foi realizado de forma errônea e já retirado do portal da transparência, consta no documento SEI 6058471/2020. Ficando apenas a comissão na plataforma MEET, sugerimos a presença do Diretor Hospital Regional Hans Dieter Schmidt a comparecer na próxima reunião dia 30/06/2020 para esclarecimentos.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 15/07/2020, às 18:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arquivo_visualizacao_documento=10000073521... 1/2

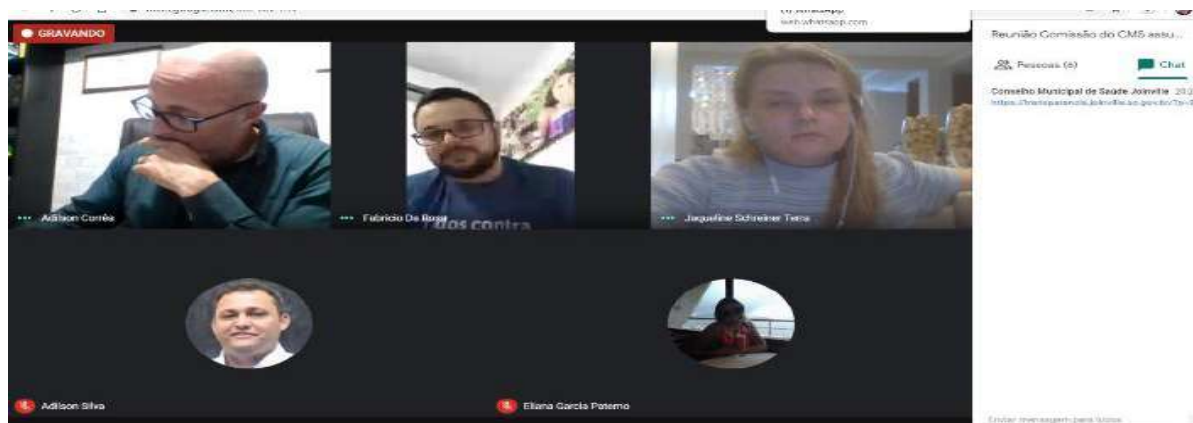


Foto 4 e 5 – Registro da Terceira Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Quarta reunião da Comissão, dia 07 de julho de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:30h. Presença do Sr Evandro Rodrigues Godoy, Diretor Geral HRDS, Sra Scheila Fernandes Gerente Administrativa HRHDS, Sra Andrea Luciana David, Gerente de Enfermagem HRHDS.

21/08/2020

SEI/PMJ - 0715200 - Ass



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 07/07/2020 – Comissão CMS Covid – 19.

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 07/07/2020, tendo início 20:00h e término 21:30h. Presença do Sr Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sr Wilson de Freitas, representante do CLS Comasa, Sra Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS, Sra Scheila Fernandes Gerente Administrativa HRHDS, Sra Andrea Luciana David, Gerente de Enfermagem HRHDS e Sr Evandro Rodrigues Godoy, Diretor Geral HRDS.

Sr. Adilson agradece a presença de todos e reforça a importância desta Comissão. A palavra é dada ao Sr Evandro para dar um “RX” sobre divergência de capacidade instalada, leitos e sobre o surgimento da notícia em que o HRHDS teria desativado 10 leitos para uso COVID. Sr Evandro inicia a fala relatando a tristeza desta notícia/ informação de desativação de leitos, explica que o Hospital contava com 20 leitos de UTI, pré pandemia, sendo 10 leitos para uso geral e 10 leitos para uso de pacientes com enfermidades Cardíacas, com o início da pandemia, foi criado dentro do setor “Infecção” 14 leitos e mais 3 leitos no setor “O”, exclusivos COVID. Possuem também 30 leitos denominados “COVID MODERADO” são leitos de enfermagem para pacientes COVID, porém que não necessitam de ventilação mecânica. Sr Evandro relata que por decreto dentro de cada UTI que já existia, possuía um leito de isolamento podendo ser usado para pacientes acometidos de forma grave pelo COVID. Por solicitação do Estado via Secretaria Saúde, pelo Superintendente dos Hospitais Públicos e do Secretário da Saúde do Município, foi solicitado que o Hospital Regional se esforçasse para ampliar os leitos de terapia intensiva, como nas áreas já existentes não pode ser ampliados, foi enviado 10 leitos no “setor B”, do logo o Hospital recebeu esta incumbência, foi prontamente atendido, porém necessita de recursos humanos para gerir os leitos, foi-se então criado 20 leitos de UTI. O estado realizou o chamamento dos profissionais e Sr Evandro acredita que na segunda-feira dia 13/07/20 os profissionais iniciaram os atendimentos. Sendo assim possível trabalhar com as duas UTI de forma plena. Sobre a notícia do fechamento de 10 leitos, ele ressalta que não foram fechados, porém apenas remanejados de lugar para melhor atendimento, reafirma que o Hospital não fechou nenhum leito, inclusive com o chamamento profissional será possível ter duas UTI com 10 leitos cada em pleno atendimento. E os leitos “COVID MODERADO” passa de 30 para 40 leitos. Sr Evandro comenta sobre o pronto socorro, este sim, está com sua capacidade elevada, pois as outras patologias rotineiras, alteração da temperatura e casos de COVID fazem com que o número aumente muito os casos hospitalares, e sobre o pronto socorro Sr Evandro relata que foi dividido “ao meio”, um lado com pacientes com sintomas respiratórios e em outro lado pacientes sem sintomas respiratórios, para esses pacientes não utilizarem o mesmo caminho, outro cuidado, é após o uso de salas como as de imagem, ocorre a limpeza geral, as equipes de atendimentos para estes pacientes são diferentes. Ainda sobre o Pronto Socorro Sr Evandro relata que o posto triagem em frente ao Hospital, prontamente construído pela Defesa Civil, ficou ocioso com a construção do Centro de Triagem localizado na Tupi, sendo recolhido pela de defesa civil à duas semanas. Existe uma obra em andamento com entrega prevista para Janeiro/21 e contará com 20 novos leitos de UTI. Sr. Adilson pergunta sobre a ocupação no momento do Hospital. No momento o Hospital possui 17 leitos de UTI sendo 13 leitos ocupados e 4 leitos “Covid Moderado” possui 12 leitos ocupados. Sra Andriana é perguntada sobre o servidor acometido de COVID, indo a óbito, como o Hospital está trabalhando para evitar novos casos, “Cuida daquele que cuida”. Sra Andriana responde fazendo as seguintes colocações, existe uma equipe de duas enfermeiras na Saúde Ocupacional, para tratamento de funcionários, existe o cuidado com os testes “Swab” que já é realizado em pacientes e funcionários e com a chegada do “Teste Rápido” é melhor monitorado os setores para não haver contaminação cruzada entre equipe e paciente, trabalho também realizado com a equipe da Educação Continuada com treinamento constantes para novos funcionários ou reciclagem dos antigos, com os

21/08/2020

SEI/PMJ - 0715200 - Ass

cuidados com EPI. A equipe de Psicologia vem atuando muito com a equipe, principalmente com a morte de um colega de trabalho, ela atua com todos profissionais testados positivos. Sra Andriana relata que apresenta hoje 63 funcionários da equipe de enfermagem afastados, sendo 40 % Positivados com COVID destes 3 % estão em estados críticos. Relata que o Estado já irá repor boa parte da equipe, para assim repor estes trabalhadores afastados. Sobre EPI, afirma que não existe falta, todos os funcionários estão assistidos com quantidade certa para exercer a função com proteção. Sr Luciano questiona sobre treinamento para uso de EPI em funcionários novos, Sra Andriana responde que o treinamento ocorre constantemente. Sra Jaqueline indaga sobre a obra prevista para Janeiro/21 e uma possível ajuda do Município para acelerar. Sr Evandro relata que já tem uma empresa ganhadora e existe caminhos para ser seguidos, uma empresa sugerida pela SMS fará uma avaliação para constatar se existe uma forma de acelerar o processo da obra, este relatório será enviado para Secretaria de Saúde do Estado ver se é pertinente ou não ao razão das licitações que já ocorreram e já existe um cronograma. Sr Adilson apresenta informações, do portal da Transparência do Estado de Santa Catarina, mostra que é muito desatualizado, dificultado muito a pesquisa para esta comissão, informações gerais sem descentralizações, pergunta para Sra Scheila como é a administração, qual a principal dificuldade em gerir o Hospital? Sra Scheila relata que todas licitações e compras são centralizado no estado, que faz todo o processo de compras, empenho e pagamentos. A unidade demanda os insumos e necessidades. Durante a pandemia todos insumos ligados ao COVID são direcionados a Secretaria Estadual de Administração. Relata que o Hospital Regional ganhou muitas doações de particulares e do COREN (Conselho Regional de Enfermagem). Hoje o Hospital não apresenta falta de Medicamentos Anestésicos, inclusive o Estado possui uma portaria para o cancelamento de cirurgias eletivas, o que garante um estoque seguro, não pleno, porém seguro para este momento. Sobre o EPI, o Hospital não apresenta falta, inclusive semanalmente é enviado relatório para controle de estoque para o Ministério Público e Secretaria de Estado. Sr Adilson chama atenção e pede explicação para o chamamento público número 970/20 para credenciamento de 40 leitos, sendo desconhecido pela Sra Scheila, e Sr Evandro acredita que seja para contratação de leitos particulares, pois o Hospital não faz este tipo de chamamento. Perguntado pelo Sr Adilson sobre Hospital de Campanha, Sr Evandro relata que no início foi-se falado sobre isso, porém os Hospitais Públicos fizeram a criação e organização para novos leitos, Sr Evandro não percebeu mais esta discussão nos órgãos, mas acredita que as Secretarias de Saúde deveriam viabilizar em um horizonte uma tomada de preço de leitos em Hospitais Particulares. Sr Adilson indaga sobre um possível esgotar do serviço público e a opinião do Sr Evandro, mostrando que este pensamento deve haver a todo momento, que a rede privada ainda pode se organizar e criar mais leitos em sua rede, para não haver a criação de Hospital de Campanha, uma opinião particular de Sr Evandro que acredita que Hospitais podem se reorganizar e redistribuir melhor os pacientes, pois Hospitais de Campanha custam caros e exige uma mobilidade grande, então, porque não aplicar estes recursos e melhorar os Hospitais já existentes. Sr Adilson solicita esclarecimentos sobre os protocolos de testes (pacientes e funcionários) e se possui o protocolo “Cloroquina”. Sr Evandro inicia relatando que o Hospital possui um plano de contingência, e que está até o momento em sua nona edição, que é instituído desde o início e é frequentemente atualizado, em relação a testagem, não é todo o paciente que é testado, existe um protocolo do Ministério da Saúde, conforme sinais e sintomas ele é testado ou solicita-se o teste domiciliar, o Hospital recebeu 1200 testes rápidos da Prefeitura, e foi realizado de forma randômica a auxilia a testagem da funcionários. Sobre a Cloroquina, Sr Evandro esclarece que prescrição médica é individual de cada médico, pois o país não tem consenso em usar ou não. O que se sabe é que pacientes com patologias principalmente os cardiopatias e pneumopatias, os que utilizam tem uma piora do quadro cardiológico. O Hospital Regional não tem um protocolo de uso da cloroquina, pois é uma escolha individual de cada médico. O Hospital participa de uma pesquisa juntamente com Hospital Albert Einstein para os pacientes que se enquadraram no uso da cloroquina, é apresentando para familiares e pacientes, assim-se um termo de consentimento. Mas Sr Evandro afirma que o uso é baixo no hospital. Agradecimentos Gerais e a participação dos representantes do Hospital HRHDS se encerra neste momento ficando “On-line” apenas a Comissão. Com colocações finais Sr Adilson relata que a Comissão teve resposta sobre a Câmara de Vereadores, irá averiguar as justificativas e apresentar na próxima reunião agendada para 22/07/2020 nesta plataforma, 20:00h. Esta reunião se encerra 21:30h.



Documento assinado eletronicamente por Adilson Adolfo Correa, Usuário Externo, em 16/07/2020, às 09:37, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001. Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

https://seil.joinville.sc.gov.br/seil/controlador.php?acao=documento_imprimir_seil&acao_seil_documento_visualizar&id_documento=10000073557...

Foto 6 e 7 – Registro da Quarta Reunião da Comissão Covid-19/CMS



Foto 8 – Registro da Quarta Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Quinta reunião da Comissão, dia 14 de julho de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:30h.

21/08/2020

SEI/PMJ - 0714942 - Ata



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 14/07/2020, tendo início 20:00h e término 21:30h. Presença do Sr Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFTO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sr Wilson de Freitas, representante do CLS Comasa, Sra Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS.

Sr Adilson inicia com o primeiro item da pauta, resposta da CVJ sobre a aquisição de 60 (sessenta) dispenser de Alcool Gel e 1000 (mil) máscaras adquiridas, a resposta ao ofício enviada é fundamentada apenas no decreto Municipal para a obrigatoriedade de uso de álcool e máscaras, porém não nos sentimos contemplados, pois a quantidade de pessoas que receberam o produto (máscara) ou o local de colocação e utilização dos dispenser não foi relatado, Adilson acredita que a efetiva e detalhada resposta virá apenas com visita no local para constatação, porém a Sra Eliana relata que muitos funcionários e assessores estão trabalhando no regime Home Office, dificultando ainda mais a resolutividade da questão, o que a comissão questiona é o número comprado e utilizado, pois como a Conselheira Jaqueline relata “é obrigação do empregador fornecer EPI a seus funcionários”, pois o número de funcionários da CVJ não ficou clara, informação está reafirmada pelo conselheiro Luciano. Outro ponto apontado é sobre a atualização dos parâmetros da busca no portal da transparência do Município, realizado dia 06/06/2020 as duas palavras chaves são “COVID” ou “CORONA- VIRUS”, Adilson relata que os questionamentos são vagos em relação a resposta da SMS, pois não foi informado QUANDO os itens foram atualizados no site, pois as atualizações do site vieram todas após esta data e não especifica a data correta do empenho/compra, não condiz com a realizada da Ação Municipal. Sr Adilson sugere para futuros questionamentos da Comissão: perguntas mais detalhadas esperando resposta mais ricas e que contemplem nossas perguntas. Em relação a última reunião com a presença de responsáveis do HRHDS, os participantes relataram que o Hospital estava em pleno funcionamento, com gestão de leitos e medicamentos sobre controle, porém no dia seguinte (menos de 12 horas após o término da reunião), noticiou-se em meios eletrônicos e com ofícios do próprio Hospital que a ocupação de leitos estava atingindo o 100%, solicitando o encaminhamento para outros hospitais e que apresentava falta de medicamentos. A Comissão ficou surpresa com os novos números, pois não foi relatado nenhum dado ou número que poderia apresentar este quadro no Hospital. Sr Luciano relembra que fez a pergunta sobre indicadores para possível Hospital de Campanha, e o que foi relatado que para o momento não era necessário, o que foi enfatizado no dia 14/07/2020, era a melhoria dos hospitais existentes e não a construção de Hospital de Campanha ou uma futura contratação de leitos privados, estes já negados até o momento por exemplo: pelo Hospital Unimed Joinville, pois necessita atender seus usuários que trata-se uma doença única e igual para todos, declaração vinculada em suas Redes Sociais Oficiais, outro ponto e informação que seria confirmada (número de leitos) apenas com visitas nas instituições, mas o Sr Adilson achou mais correto não expor os conselheiros ao contágio neste momento. Com a criação/contratação de leitos no Hospital Filantrópico Bethesda, fica como sugestão da comissão realizar uma reunião com o Diretor para esclarecimentos. Sra Eliana sugere também chamar um representante da empresa contratada que faz a atualização do site “Portal da Transparência”, sendo esta sugestão aprovada pelo coordenado da comissão. Sra Eliana chama a atenção para um Grupo de Whatsapp que participa todos os presidentes dos Conselhos Locais de saúde do Município, os presidentes estão preocupados com o cenário geral da pandemia em nosso município, Sra Eliana relata que a população cobra explicações dos Presidentes Locais, hoje com as reuniões de Conselhos Locais suspensas e Assembleias do Conselho Municipal de forma On-line e sendo esta Comissão do Conselho Municipal que a função é fiscalizar ações e trazer respostas/esclarecimentos para a população durante a Pandemia, acreditamos que os questionamentos dos conselheiros possam fazer parte de ações desta comissão. Sra Eliana relata que neste “grupo” que conta

21/08/2020

SEI/PMJ - 0714942 - Ata

com a presença do próprio secretário da saúde, ele mesmo responde diretamente a vários questionamentos, mas alguns ficam vagos e sem resposta, pois a agenda do Secretário é bastante movimentada. Por esta razão, é sugerida uma reunião com o Sr Jean, secretário da saúde, e abriremos para perguntas dos presidentes locais e assim contemplar a todos da melhor forma possível, Sra Eliana irá divulgar no Grupo do Aplicativo “whatsapp” que cada Presidente Local formule suas perguntas que serão contempladas durante reunião ou após com envio de ofício para o setor responsável. Iremos publicar as ATAS das reuniões para dar uma devolutiva para todos os membros do Conselho. Uma sugestão para as próximas reuniões chamar/eleger representantes locais para participar e enriquecer o debate. Um cuidado que o Sr Adilson chama a atenção sobre os questionamentos e números da Pandemia é que mudam e se atualizam em questões de horas, devendo as respostas ser as mais atualizadas possíveis. Sr Adilson encerra a reunião 21:30h.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira**, **Usuário Externo**, em 16/07/2020, às 09:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Adolfo Correa**, **Usuário Externo**, em 16/07/2020, às 09:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Henrique Pinto**, **Usuário Externo**, em 16/07/2020, às 13:45, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Freitas Junior**, **Usuário Externo**, em 17/07/2020, às 09:08, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **6714942** e o código CRC **4322125F**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

20.0.102622-0

21/08/2020

https://at.joinville.sc.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_atilizacao_origem=anexo_visualizar&id_documento=100000372553... 1/2



Foto 9, 10 e 11 – Registro da Quinta Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Sexta reunião da Comissão, dia 21 de julho de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 17:00h e término 19:30h. Presença do Sr Adilson da Silva – Presidente do CMS, Sr Jean Rodrigues – Secretário Municipal da Saúde, Sr Fabricio Rosa - Diretor Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal São José, Sra Ana Paula Pinheiro – Coordenadora de Área de Planejamento Estratégico SMS.



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 21/07/2020 – Comissão CMS/Covid – 19

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 21/07/2020, tendo início 17:00h e término 19:30h. Presença do Sr Adilson da Silva – Presidente do CMS, Sr Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sr Wilson de Freitas, representante do CLS Comasa, Sra Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS, Sr Fabricio Rosa - Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal São José, Sra Ana Paula Pinheiro – Coordenadora de Área de Planejamento Estratégico e Sr Jean Rodrigues – Secretário Municipal da Saúde.

Sr Adilson Correa, inicia a reunião demonstrando o objetivo desta Comissão e hoje como pauta os questionamentos vindos dos Presidentes dos Conselhos Locais de Saúde do Município. Sra Eliana faz a leitura para conhecimento da **RESOLUÇÃO 002/CES/2020/CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SC**. Recomendar à Secretaria de Estado da Saúde, Prefeituras Municipais e Secretarias Municipais de Saúde: 1) Que sejam implementadas medidas que garantam pelo menos 60% da população em isolamento social, ou superiores a este, em se agravando a ocupação de leitos, de maneira progressiva e efetiva, como medida sanitária Excepcional necessária; 2) Que os trabalhadores e trabalhadoras dos grupos de risco, mesmo em funções essenciais, fiquem afastados de seus postos de trabalho, sejam eles na iniciativa privada ou pública, até que a Pandemia esteja controlada; 3) Que sejam adotadas medidas de isolamento social mais rigoroso nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingindo níveis críticos. **RESOLUÇÃO 003/CES/2020/CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DE SC**. Recomendar às Secretarias Municipais de Saúde a inclusão da representação de seu respectivo Conselho Municipal de Saúde na estrutura municipal de formulação de estratégia de enfrentamento à COVID-19, do seu Município e assim assegurando a participação social na formulação de estratégias e no controle da execução da Política de Saúde. Os questionamentos vindos dos Presidentes de Conselhos Locais foram separados por blocos de temas para melhor organização da reunião. Sr Adilson faz a leitura do **Bloco 01 - Recursos Financeiros**. **Odinei CLS JD Edilene/Estevão de Matos/Paranaguamirim** - Quanto Joinville recebeu do Governo Federal e de que maneira foi usado esse recurso combate ao Covid 19? **Reinaldo CLS Adhemar Garcia** - Quanto o Governo Municipal já gastou? Quanto recebeu dos empresários? e de que forma? **Cléia CLS Costa e Silva** - Qual foi o valor dos recursos financeiros advindos dos entes federativos, seja emendas estadual e federal, recursos advindos do Estado e União qual o valor todas e aonde estão sendo investido? Como e aonde estão os contratos? **Cléia CLS Costa e Silva** - Qual o planejamento há ser utilizado por esses recursos financeiros? Com a palavra Sr Jean que responderá juntamente com a equipe presente. Sr Fabricio apresenta os valores que até o momento R\$ 42.391.306,41 vindo da União específicos para enfrentamento da COVID, um adiantamento da Câmara de Vereadores R\$ 5.000.000,00 (sobra de despesa), do Tribunal de Justiça R\$ 150.000,00 e da 18ª Promotoria de Justiça R\$ 3.744,00 sendo um total próximo de R\$ 47.500.000,00 até o dia 21/07/2020, o estado de Santa Catarina não disponibilizou nenhum recurso para o enfrentamento da COVID. Despesas específicas COVID, as dispensas e licitações com seus contratos estão no Portal da Transparência e até o momento foi empenhado R\$ 15.379.000,00, já desembolsado até o momento R\$ 6.300.000,00. Alguns números sobre horas extras pagas para servidores até momentos SMS R\$ 1.000.000,00 e para servidores do HMSJ R\$ 717.000,00 e segue números de contratações para o enfrentamento da pandemia de março/2020 até agora na SMS foram 181 profissionais, entre técnicos, enfermeiro e médicos e no HMSJ 149 profissionais. Sobre este dinheiro de fonte Federal estão incluídos as emendas Parlamentares exclusivas COVID de Deputados que eles estão divulgando, então, é bem provável que estes recursos que vem via fundo, serão repassados a instituições, EX: Fundação Pro Rim, Hospital Infantil, Hospital

Regional... eles não são recursos 100% aplicáveis na estrutura da Saúde de Joinville na estrutura própria ou Hospital Municipal São José. Com isso, provavelmente nas próximas reuniões do CMS, nós apresentaremos emendas/ aditivos nos contratos/ convênios já existentes para poder fazer este repasse dos Parlamentares que estão anunciando. Sobre a pergunta da Senhora Cleia, sobre planejamentos das ações, será debatida no fechamento desta reunião com a fala do Sr Jean. Ao complementar fala do Sr Fabricio, Sr Jean explica que esta comissão receberá os questionamentos de forma oficial via ofício. Outro tema abordado é um questionamento que o Secretário recebe muito de várias formas são sobre recursos financeiros recebidos por Óbitos COVID, Sr Jean relata ser uma notícia falsa, a prefeitura não recebe verba quando um paciente vem a óbito com COVID, o que acontece é uma remuneração diferenciada para os leitos exclusivos COVID, tanto leitos UTI como leitos enfermarias, o Ministério da Saúde remunera de forma diferenciada o custeio destes leitos, tabela SUS, pois este paciente ele tem notoriamente mais gasto, mais tempo de permanência e maior número de medicação. Perguntas **Bloco 02 - Hidroxicloroquina e Cloroquina**. **Odinei CLS JD Edilene/Estevão de Matos/Paranaguamirim** - Porque se decidiu o protocolo de hidroxicloroquina quando a doença já está mais grave quando no mundo todo a hipótese de benefício desse medicamento é quando a doença está em estágio inicial? **Roberto CLS Jardim Sofia** - Sobre os exames exigidos para a prescrição da cloroquina, como tomografia computadorizada e eletrocardiograma por exemplo, serão realizados pelo SUS? **Eliane CLS Aventureiro I** - Dados do uso do cloroquina? Em tratamento da covid. **Nelson CLS Parque Guarani** - Mediante a situação que Ilse se encontra, porque a secretaria de saúde não segue o exemplo de outras cidades que estão fazendo prevenção e pelo que me parece está dando certo, ex. a cidade de Itajaí que está distribuindo quites de prevenção (medicamentos). **Vilson CLS Comasa** - Sobre a Cloroquina. Porque seu uso ainda não foi disponibilizado a população em Joinville? Haja vista que temos visto várias vezes por vários veículos de comunicação que muitas autoridades e médicos estão fazendo uso deste medicamento. E afirma que seu uso está sendo bom e muito rápido seu potencial de melhora. Sabemos que ainda há controvérsias sobre seu emprego, mas porque para eles é posto para uso? **Adelina CLS Bakhita** - Diante da liberação da medicação que estão chegando do Ministério da Saúde. Os chamados Hidroxicloroquina, Azitromicina, Ivermectina Vitegan e outros. Qual a conduta da Secretaria da Saúde e dos médicos da rede no Município de Joinville? O Paciente terá acesso a essa medicação com receita emitida pelo Profissional da Unidade de Saúde do seu Bairro? Se o médico não adotar essa conduta, o paciente que passou pela Unidade, indo em busca da receita particular ele poderá retirar a medicação sem a transcrição da receita pelo médico da Unidade? **Adelina CLS Bakhita** - Vai ter Unidades que farão a dispensa dessa medicação? O paciente terá que consultar nessas Unidades para obter a medicação caso teste positivo para COVID? Sr Jean inicia a fala. SMS adotou a partir da última quinta-feira uma nota orientativa direcionando dentro da rede de atenção de saúde pública de Joinville como vai funcionar a distribuição de dispensação da Hidroxicloroquina, cloroquina e Azitromicina não sendo necessário ser conjunta, quais são os critérios, exames e parâmetros e onde será disponibilizado, desde segunda-feira dia 21/07/20 o medicamento já estão disponíveis em três farmácias: Bucarein, Costa e Silva e Jarivatu e todos os médicos já estão com os protocolos na mão de como fazer a prescrição. Neste sentido o que acontece? Este é um protocolo do Ministério da Saúde para tratamento precoce, os médicos tem por legitimidade Ato Médico, os médicos já poderiam prescrever antes, porém não tinha disponível na rede pública o que agora já tem, outra situação importante é que o médico não é obrigado a prescrever estas medicações ele deve ver qual o tratamento mais adequado, nós da SMS estamos apenas orientando que agora estes medicamentos se encontram na rede pública para se utilizar. Sendo este, um tratamento precoce e não preventivo, para apenas quem tem sintomas clássicos independente se realizou o teste. Sobre receita da rede particular, está liberado a dispensação. Nestes casos os exames estão todos contemplados, todo médico que prescrever a medicação necessita acompanhar o paciente por 5 dias, realizando ou não exames complementares e dar para o paciente assinar um termo de responsabilidade para uso deste medicamento "OFF Label". Sobre tratamento preventivo Joinville não adotou e não visualiza no radar pois o Ministério da Saúde não tem nenhum protocolo validando esta situação, porém se o médico que atender o paciente mesmo assim quiser, ele pode receita qualquer remédio. Sr Luciano fala sobre medicação "OFF Label", medicamento que não foi criado para esta finalidade (já existiam). O que se orienta é a criação de protocolos para garantir a segurança, já que a eficácia pode ser duvida. **Bloco 03 - Barreiras e Fiscalização em Ônibus, Festas, Mercados, entradas da cidade**. **Odinei CLS JD Edilene/Estevão de Matos/Paranaguamirim** - Porque dentro dos ônibus as pessoas podem se aglomerar, mas em qualquer outro lugar não, ex: (igreja)? **Eliane CLS Aventureiro I** - Foi feito pesquisa depois da liberação dos ônibus, se aumentou contágio do Covid, ou se tem estatísticas? **Eliane CLS Aventureiro I** - Em relação as festas clandestinas, tem um controle? Fim de semana? **Eliane CLS Aventureiro I** - Supermercados, verdurarias entre outros tem fiscalização? Percebe-se muitas pessoas manipulando alimentos? **Nelson CLS Parque Guarani** - Porque a prefeitura não está fazendo

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_inprimir_web&acao_origem=arquivo_visualizar&id_documento=100000074282... 2/7

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_inprimir_web&acao_origem=arquivo_visualizar&id_documento=100000074282... 1/7

Foto 12 e 13 – Registro da Sexta Reunião da Comissão Covid-19/CMS

barrreira nas ruas e nem nas entradas da cidade? **Roberto CLS Jardim Sofia** - Existe algum controle de chegada de pessoas vindas de outros estados? Notamos números crescentes de famílias vindas do norte e nordeste em nossa região, e a procura por consultas médicas nas UBSF é grande(não seria interessante fazer o mapeamento por UBSF?). Jean inicia falando sobre barreiras, que iniciaram barreiras sanitária nos terminais urbanos para justamente fazer uma testagem aleatória, para ver o comportamento da discriminação no transporte coletivo, e no aeroporto. Foi realizado apenas nestes locais pois exige uma demanda, uma força de trabalho muito grande e estamos tanto na SMS como no HMSJ com uma baixa muito grande de servidores que infelizmente se contaminaram com COVID, pois estão na linha de frente, nossa força de trabalho está constantemente defasada, e necessitamos ter sempre equipes de prontidão na rede hospitalar e nos prontórios atendimentos. O ônibus foi liberado desde o início para as áreas que estavam liberadas para trabalhar, nós fazemos uma aferição do uso do transporte coletivo, e o maior índice foi de 38 % da capacidade de uso/dia, isso não quer dizer que não houve agrupamento, houve sim, nos horários de pico de utilização e fizemos várias intervenções para aumento de linha nos horários de pico. Se esta porcentagem tem ligação com o aumento de internações hospitalares, pode-se afirmar que não. Pois foi traçado um perfil socioeconômico e epidemiológico dos internados em UTI, para justamente entender onde está o ponto de contaminação. As fiscalizações existem em todos segmentos, foi criado a "Patrulha Corona Virus", que já fizeram mais de 7000 fiscalizações por rotina ou denúncia. Sobre o monitoramento de "Festas" o mais importante são as denúncias, que são averiguadas. **Bloco 04 - Hospital de Campanha: Reinaldo CLS Adhemar Garcia** - Foi instalado um Hospital de triagem, que no começo até se falava se precisasse poderia ser até um hospital de campanha; se precisar ele pode ser de campanha? **Reinaldo CLS Adhemar Garcia** - Quantos leitos poderia ser instalado para necessidade? Arena poderia ser uma solução para um Hospital de campanha? **Roberto CLS Jardim Sofia** - Tem algum estudo ou previsão em transformar o centro de referência Tupy em hospital de campanha, caso os números de casos aumentarem? **Nelson CLS Parque Guarani** - Porque a prefeitura sabendo que o pico mais alto da doença ainda está por vir não se preparou para situação, principalmente com leitos de UTI e um hospital de campanha com leitos? Jean inicia as respostas relatando que desde fevereiro sempre houve levantamentos e explicações sobre Hospital de Campanha, mas sempre foi sabido que se houvesse esta construção ela deveria vir com recursos financeiros e de logística tanto pelo Governo do Estado ou Governo Federal, foi orçado um Hospital com 100 leitos com um custo médio de 7 / 8 milhões/mês. E em relação a prefeitura não ter se planejado, é muito pelo contrário pois podemos esclarecer melhor para a população. O Centro de Triagem Tupy foi criado, para se necessário funcionar 24 horas/dia, para fazer a triagem dos suspeitos, a estrutura tem em média de 450/600 pacientes/dia, no início do processo ele estava funcionando apenas com voluntariado, com isso, gerou uma economia considerável, e focamos os gastos financeiros em testes e EPI para estas equipes e a iniciativa privada nos ajuda muito, uma enorme economia de dinheiro público, na Arena demandaria uma estrutura muito grande e cara, na Expoville por ela ser cedida precisaríamos pagar, nossa decisão sobre Hospital de Campanha é: Dar suporte para as estruturas Hospitalares permanentes, por isso colocamos o HMSJ no início como Hospital Referência para COVID, foi planejado 100 leitos exclusivos, para isso criar vida foi dividido o Hospital ao "meio" e reformamos estruturas, uma área do Hospital chamada João Schlemmer, foi totalmente revitalizada, com a ajuda da iniciativa privada e finalizamos a obra e estamos para entregar no máximo em 30 dias outra área do Hospital totalmente revitalizada com a ajuda novamente da iniciativa privada (ACIJ), novos 30 leitos e duas salas cirúrgicas que permaneceram Pós Pandemia. Colocamos mais 40 leitos exclusivos e mais 20 leitos de cuidados intermediários além dos leitos de enfermaria. Nós temos uma grande dificuldade no Hospital Regional, para revitalizar e para melhorias ficarem Pós Pandemia, ainda sim o Município e a ACIJ estão auxiliando o Estado na finalização da obra da UTI do HRHS que serão 20 leitos permanentes. E o Hospital Bethesda está ganhando uma estrutura importante que não tinha, essa complexidade que são os leitos de UTI, intermediário e enfermaria. O que a SMS fez foi a criação de leitos permanentes e não em estruturas caras que seriam desmontadas Pós Pandemia. Nossas mortes até hoje foram por gravidade e comorbidades e não por falta de leitos hospitalares. Todo paciente diagnosticado com COVID, independente se apresenta outra patologia ele é considerado COVID, a prefeitura não esconde números, temos a tranquilidade de falar, que todos os pacientes internados com suspeita são testados, para ser o mais transparente possível. Sobre o planejamento, foi realizado por gatilhos, inicialmente o HMSJ contava com 30 leitos uso geral e 20 leitos COVID, primeira fase do planejamento. Inicialmente estes 20 leitos tinham uma ocupação de 50% (mês de maio), próximo passo foi a criação de mais 10 leitos com toda equipe montada, e permanecemos por um período com a ocupação baixa, poderíamos criar todos os leitos planejados no início? Sim, porém observamos os casos e os gatilhos, para uma melhor utilização do dinheiro público, a observação é constante. Nosso planejamento é que este período agudo vá até setembro, bem dificultoso e após este período podem desmobilizar estas estruturas para poder dar carga dos outros procedimentos na

rede, as pessoas necessitam de outros atendimentos, e as filas estão estagnadas, e já estamos preparando a rede de atenção à saúde, para os atendimentos e filas Pós Pandemia. Nós não deixaremos faltar leitos, teremos os próximos 15 dias deste cenário de utilização, abrindo mais leitos no Bethesda. **Bloco 05 - Testes para Covid-19: Reinaldo CLS Adhemar Garcia** - Quantos testes foram aplicados em Joinville/ todas as modalidades quantificar. Os laboratórios particulares fazem testes também, temos como mensurar essa quantidade? **Cléia CLS Costa e Silva** - Como está o estoque dos testes e onde está sendo feito? **Roberto CLS Jardim Sofia** - Acabou os testes rápido, ou tem previsão de novos testes em massa? **Roberto CLS Jardim Sofia** - Como está a previsão ou quando será realizado os testes nos idosos. **Cléia CLS Costa e Silva** - Porque da demora do tempo de resposta as pessoas positivas de Covid 19 para consulta e exame? O que pode fazer para melhorar essa fragilidade? **Adelina CLS Bakhita** - Paciente com sintomas passa pelo Centro de Triagem Tupy ou na Unidade Sentinela, apresenta os sintomas, assina o termo e vai para o isolamento por dez dias. A pergunta é porque não é feito o PCR ou o teste rápido de imediato, atestando o paciente para a doença e para que após o isolamento o mesmo possa apresentar o atestado na empresa que trabalha. Se existe o Protocolo ainda não está acontecendo na base. A população está confusa. Sr Jean inicia as respostas relatando que a SMS já emitiu compras através de licitações 54 mil testes rápidos, destes efetivamente que recebemos e pagamos foram 18 mil o restante encerramos os contratos pois as empresas que ganharam as licitações não entregaram os testes prometidos, estamos com a finalização de ATA de pesquisa de preço de mais 60 mil testes expansivos a 90 mil, pois pode-se fazer um aditivo de 50%. A realidade da compra dos 18 mil testes foi de R\$ 95 cada teste com este preço elevado fizemos várias licitações de 18 mil testes para sentir o mercado e ver se os preços diminuíam, a SMS conseguiu empresas fornecedoras com valores menores porém houve muita inconformidade com o produto entregue. Esta nova ATA para registro de preço, que ainda não foi publicada por se tratar de pregão eletrônico e as empresas participantes estão entrando com recursos de preços, mas já visualizamos testes a R\$ 12 reais, testes estes validados por nossa parte técnica. Neste momento nosso estoque está baixo, SMS comprou 18 mil testes e foram cedidos pelo Governo do Estado que recebeu do Governo Federal aproximadamente 12 mil testes. Sobre a testagem para idosos, nesta nova compra de 60 mil testes, eles estão contemplados e esta semana uma nova estratégia de testagem foi incluir os professores no retorno da aula, para garantir a segurança das crianças e professores, fora isso, já estamos a 60 dias tentando habilitar nossos laboratórios próprios para fazer os exames. Jean relata sobre a pergunta porque o usuário não faz o teste. Porque qualquer estratégia montada e planejada foram atropeladas pelo alto volume de pessoas nas unidades de saúde, com síndrome gripal, por isso emitimos uma nota de alerta que orientou todos os profissionais para afastar todas as pessoas que possuem síndrome gripal por 14 dias, extensivo aos moradores do domicílio do paciente para fazermos um isolamento seletivo evitando um "Lockdown" da cidade. Queremos isolar 100 % das pessoas sintomáticas sem a obrigatoriedade do teste. Outras estratégias de testagem: município fez a compra de 9 mil testes PCR e recebemos doação de 4 mil testes PCR, estamos testando toda a força de trabalho. Sobre a demora da Vigilância Epidemiológica em entrar em contato com as pessoas positivadas, Jean relata que todo o trabalho é manual, e infelizmente servidores também foram positivados diminuindo a força de trabalho, e peço a desculpa da demora estamos "quebrando a cabeça" para a criação de inteligências artificiais, porém até o momento é um trabalho manual, os contatos são via WhatsApp, telefone e vídeos informativos. Sobre testes realizados de forma particular, a orientação é que o laboratório comunique a SMS, via um sistema de comunicação criado pela Tupy. **Bloco 06 - Funcionários e EPI - Reinaldo CLS Adhemar Garcia** - Quantos funcionários estão afastados? **Cléia CLS Costa e Silva** - Foi contratado profissionais para atender a demanda da COVID 19? **Reinaldo CLS Adhemar Garcia** - Os equipamentos de proteção individual estão chegando em quantidades suficientes nos locais de trabalho? Jean inicia sua fala relatando que o próprio conselho está participando das novas suplementações orçamentárias de quadro de vagas, acredito que nunca controlei tanto deste que iniciei na SMS, as contratações são sempre desafiadoras, mas ocorrem constantemente, apesar das baixas de servidores positivados, o número tem aumentado. (Números já relatados no Bloco 01). Sobre os EPI, estamos fazendo uma gestão bem apurada destes materiais, e não temos dificuldade em disponibilizar quantidade neste momento. Fizemos aquisições no início e recebemos diversas doações. Sendo essas informações todas passadas pelo conselho. **Bloco 07 - Medicamentos - Reinaldo CLS Adhemar Garcia** - Os remédios estão faltando para atendimento dos usuários? Quais? **Cléia CLS Costa e Silva** - Mesmo em tempo de COVID 19, existem pessoas com outros tipos de doenças como está a situação dos medicamentos oncológico, os demais das doenças crônicas? **Roberto CLS Jardim Sofia** - Está faltando medicamentos nos postos sentinela na região, os usuários com suspeita de covid19 estão percorrendo as unidades de saúde na busca desses medicamentos. Respostas iniciadas por Jean, mostrando que de todos os medicamentos do Roll, hoje em Joinville tem 20 medicamentos em falta, em função de dificuldade em fabricação e entrega. Mas os processos de compra estão acontecendo para ter

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=100000074282... 4/7

Foto 14 e 15 – Registro da Sexta Reunião da Comissão Covid-19/CMS

uma regularidade. Sobre Oncologia, no mês passado ocorreu dificuldade com 2 medicamentos, (que já foram normalizados), porém os atendimentos não foram prejudicados durante a pandemia, neste momento as cirurgias estão suspensas, porém se ocorrer risco imediato ela é realizada. Sobre os outros tratamentos crônicos, todos foram prejudicados, mas inerentes sobre nossa vontade com portarias estaduais com fechamento de agendas, já iniciamos implantações de tecnologias e novos credenciamentos, um exemplo é a ortopedia (cirurgias repressadas). **Bloco 08 – Leitões para Covid e respiradores – Remaúdo CLS Adhemar Garcia** - Como está a quantidade de respiradores no Município. Quanto o estado está mandando? Quanto falta mandar? Quanto o Governo Federal está mandando e quanto falta mandar? **Cléia CLS Costa e Silva** - Os leitões criados para Covid 19 tem todos os equipamentos necessários? Inclusive profissionais? **Mesa Diretora CMS:** Conforme último boletim há 113 Leitões de UTI para Covid, quantos leitões de UTI por Hospital? Sobre este tema Secretário Jean, chama a Sra Ana para responder. Sra Ana, relata a atualização dos leitões, sendo 113 leitões: 5 HapVida, 20 HRHDS, 40 HMSJ, 24 Hosp. Dona Helena e 24 Hosp. Unimed. Relata que todos os leitões hospitalares para serem habilitados necessariamente precisam ter todos os equipamentos para um total funcionamento, os leitões apresentados tem todos equipamentos e equipes. Sr Fabricio relata que do Estado veio 35 respiradores (25 HMSJ e 10 Hosp. Bethesda), recentemente chegou 30 respiradores (licitação municipal). **Bloco 09 – Consultas e Web Saúde.** **Cléia CLS Costa e Silva** - Porque o telefone do Web saúde só chama e ninguém atende, o que poderia fazer para melhorar? **Vilson CLS Comasa** - Sobre o Web Saúde, Sugerimos que seu horário de dia sejam ampliados. Seria interessante um canal que orientasse a população 24 horas por dia, até porque o Centro de Triagem da Tupy também não funciona 24 horas e fomos orientados para não mais ir direto ao local, sendo necessário buscar auxílio primeiro no Web Saúde. **Cléia CLS Costa e Silva** - Como estão as consultas que não é Covid 19? **Nelson CLS Parque Guarani** - Porque a vigilância sanitária não faz acompanhamento nos casos confirmados ou suspeitos? Secretário Jean relata que a criação do Web foi para desafogar a rede colocando 12 profissionais de nível superior, após passar por treinamento. É um serviço que vai continuar e é resolutor, a principal dificuldade é que este serviço é composto por pessoas, que na última semana infelizmente pegaram COVID, tivemos 50% de baixa na equipe, não podemos colocar qualquer profissional para atender. Sobre o horário de atendimento, faremos galitões para aumentar as equipes conforme demanda, o que será um desafio, pois requer recursos e pessoal. Sobre as consultas Não-COVID, elas são um desafio e as equipes estão se desdobrando para dar conta dos pacientes crônicos e agudos. Sra Ana, relata que sobre o Web até o momento desde sua criação em março foram realizados 18.653 atendimentos, 229 por dia, e atendimentos por "Chat" "Whats" foram 7.703, 96 por dia. Apenas para constatação os acompanhamentos são realizados pela Vigilância Epidemiológica. **Bloco 10 – Idosos** - **Iria CLS Pirabeiraba** - Quanto aos idosos que necessitam de procedimentos de complexidade média ou alta (troca de sonda, curativo, entre outros) Poderiam ser atendidos em casa com agendamento? não correria menos riscos? do que se deslocar até a unidade de saúde. **Sugestão:** Secretária da Saúde pensar em um informativo de esclarecimento à população como a pessoa deve proceder nessa época de pandemia quando precisa procurar a Unidade de Saúde para tratamento de outras enfermidades, bem como os idosos que necessitam de procedimentos de complexidade média e alta (troca de sonda, curativo entre outros). Pois as pessoas neste período podem não estarem procurando a unidade de saúde por medo e outras pessoas que agora parou tudo e só atende coronavírus e assim deixam se agravar o problema de saúde. **Iria CLS Pirabeiraba** - Quais as ações que estão sendo desenvolvidas com os moradores de rua, através da Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria de Assistência Social para orientá-los, bem como e encaminhá-los neste tempo de pandemia? Tem aumentado consideravelmente o número de pessoas em vulnerabilidade social, me refiro os moradores de rua. Observa-se todos os dias andando pelo bairro grupinhos de 3 a 4 pessoas, sem muita preocupação, muitos deles sem o uso de máscara. Respostas iniciadas por Sr Jean, moradores de rua são contemplados com políticas públicas a SMS possui o Consultório de Rua, que faz o monitoramento, no momento não estou com os números, vou me atualizar, sei que existe um protocolo pois foi determinado. Sobre os atendimentos Home Care, onde tem Saúde da Família, em tese ele já deveria ser atendido e assistido, se não ocorrer é mais um desafio nesta região, é bom saber qual a situação específica. Sobre o protocolo vamos anotar e criar um vídeo explicativo para orientar estes idosos. **Bloco 11 – Informações** - **Nelson CLS Parque Guarani** - Porque as informações não chegam na íntegra a todas as unidades de saúde ou em todos os setores das UBS, principalmente para as pessoas que estão a frente (primeiro contato da população na unidade). **Roberto CLS Jardim Sofia** - Os Presidentes de conselhos locais poderiam receber número de casos nos bairros para melhor orientação na comunidade qual representa? **Adelina CLS Bakita** - Na divulgação dos dados sobre o avanço da doença, mortalidade, leitões de UTI está tudo bem claro. Pergunta existe a possibilidade de uma vez por semana fazer o levantamento estatístico por Bairros? (infectados e óbitos). **Edson CLS Jarivatuha** - Mais um médico para a UBS Jarivatuha, pois está possuindo grande número de população moradora da região. O

problema está no horário após as 18 horas, quando somente nossa UBS está aberta. Com os casos de COVID a procura aumentou sensivelmente. Jean relata que a partir da próxima segunda-feira, será disponibilizado um novo acesso, um novo link de dados COVID, no Site da Prefeitura um link com novos indicadores colocados a disposição da população. Serie de novas informações. Sobre a comunicação direta das equipes, estamos trabalhando muito, porém as informações são modificadas por hora, decretos, normas e interpretação de informações, estamos constantemente monitorando o cumprimento destas medidas. Sobre a solicitação do Sr Edson, estou anotando esta demanda, pois já foi realizadas novas contratações, de todas as esferas. As contratações estão grandes mas os afastamentos também, estamos estudando melhores formas para gerar estas demandas, sobre o Jarivatuha, vamos analisar e ver se já foi contemplado esta contratação. Considerações finais do Sr Jean, primeiramente ele acredita ser de grande valia esta comunicação entre os Conselhos Locais, sugiro continuar e manter esta comunicação e marcar uma Web com todos os presidentes Locais. Uma situação que vêm crescendo neste momento sobre o porque a cidade não fazer o Lockdown, estamos desde março estudando e com uma Matriz de risco vista constantemente que nos faz gerar e tomar medidas sanitárias e rede estratégicas, temos mais alguns movimentos estratégicos antes de ter um fechamento completo, Joinville já tem uma política de restrição bem ativa, tanto que o decreto do Estado não mudou muito o cotidiano, o Transporte coletivo já iria ser reduzido (não fechado), que agora estamos com um desafio para o deslocamento de profissionais para o trabalho. Queremos mostrar que existe sim um planejamento, planejamentos de leitões, compras, que ocorre falhas sim, mas que trabalhamos para que nenhum Joinvilense fique sem leito, temos investido muito tempo no monitoramento de leitões: PA - Municípios - Leitões, para dar uma maior agilidade. O planejamento existe e é modificado constantemente. Agradecimentos Gerais. Sr Adilson Correa finaliza a reunião

19:30h.



Documento assinado eletronicamente por Adilson Adolfo Correa, Usuário Externo, em 24/07/2020, às 15:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Luciano Henrique Pinto, Usuário Externo, em 24/07/2020, às 16:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira, Usuário Externo, em 24/07/2020, às 16:49, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Adilson da Silva, Usuário Externo, em 24/07/2020, às 16:52, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Wilson Freitas Junior, Usuário Externo, em 24/07/2020, às 17:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalci.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador 6782211 e o código CRC 86C6EC9B.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br
30.0.160522-0

Foto 16 e 17 – Registro da Sexta Reunião da Comissão Covid-19/CMS

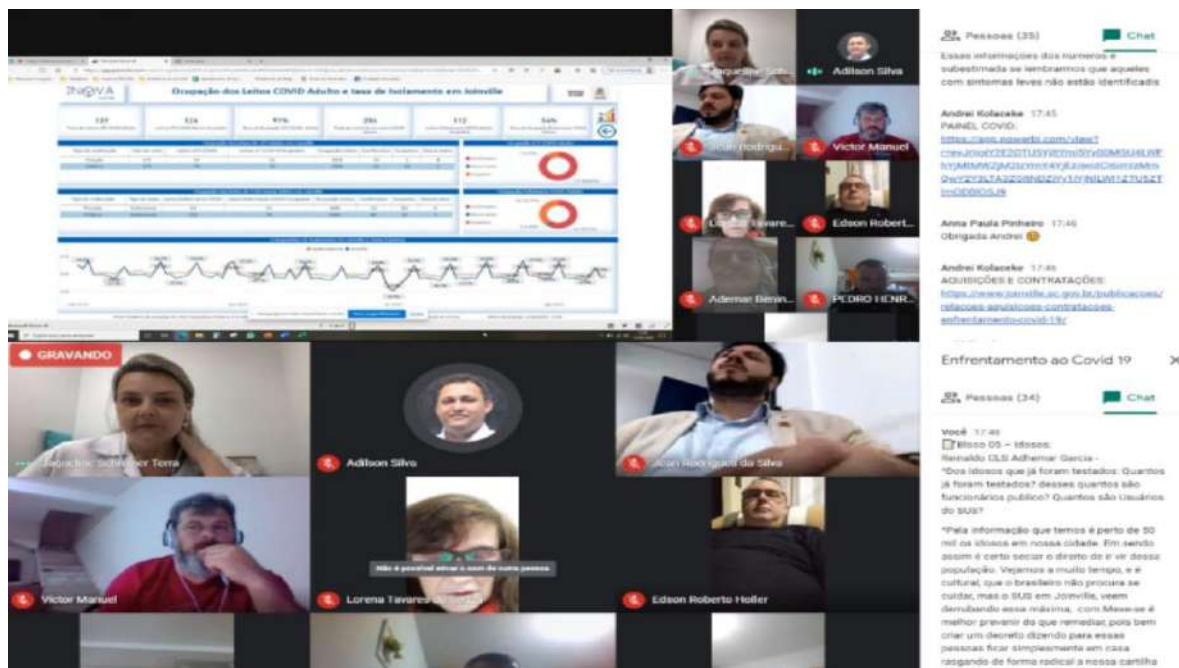


Foto 18 – Registro da Sexta Reunião da Comissão Covid-19/CMS

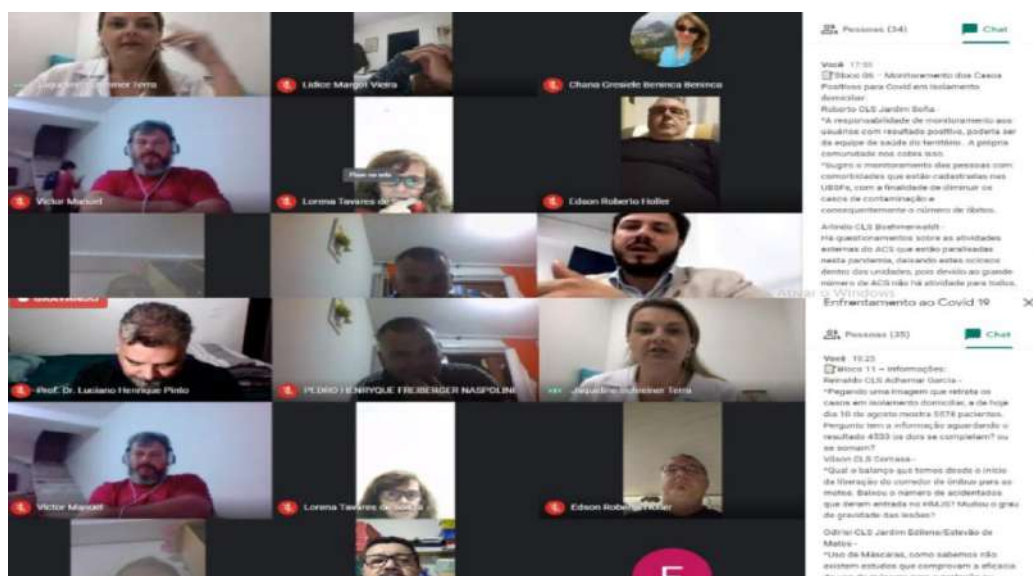
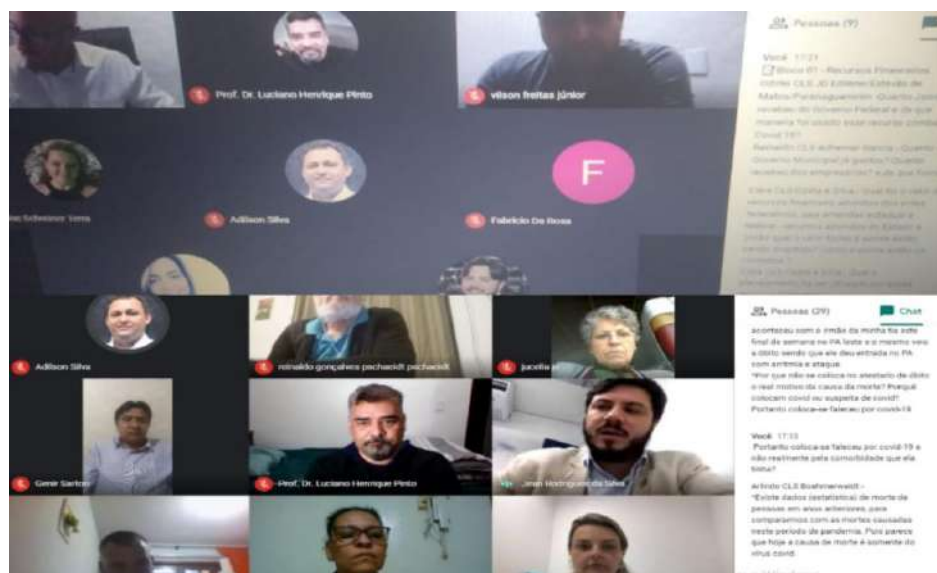
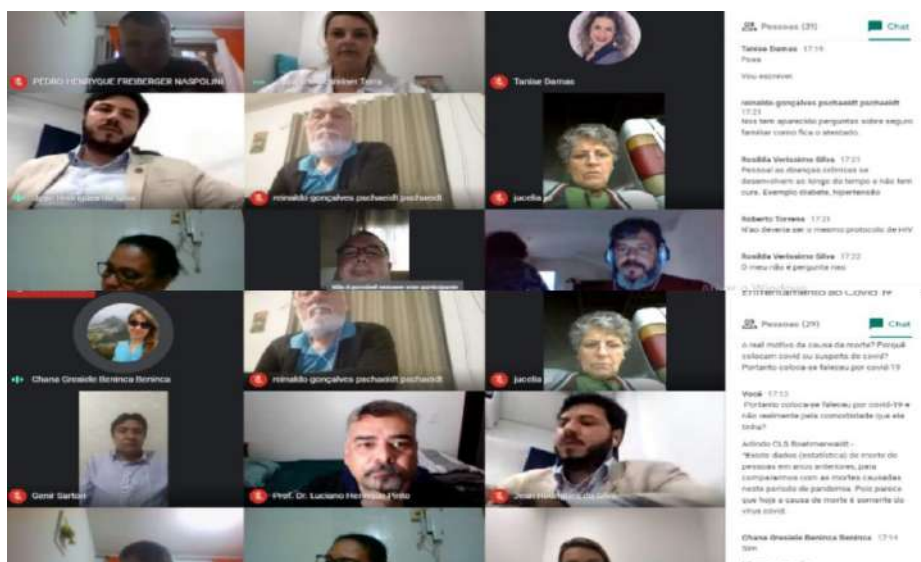


Foto 19,20 e 21 – Registro da Sexta Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Sétima reunião da Comissão, dia 28 de julho de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:30h. Presença do Sr Hilário Dalmann - Representante Legal Instituição Bethesda/ Hospital Bethesda.



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 28/07/2020 – Comissão CMS Covid – 19

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 28/07/2020, tendo início 20:00h e término 21:30h. Sr Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sr Vilson de Freitas, representante do CLS Comasa, Sra Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS, Sr Hilário Dalmann - Representante Legal Instituição Bethesda/Hospital Bethesda.

Sr Adilson Correa, inicia a reunião demonstrando o objetivo desta Comissão e agradecimentos gerais e em especial ao Sr Hilário pela presença, Sr Adilson reforça a importância do Hospital Bethesda para a cidade e região. Sr Adilson inicia a pauta do dia com questionamentos sobre Capacidade instalada de leitos de UTI e enfermarias exclusivamente para COVID no Hospital Bethesda. Sr Hilário inicia relatando que desde o início da pandemia foi criada mais uma porta de entrada no hospital, sendo uma clínica geral e outra para quadros respiratórios e com a necessidade do município foi fechado o centro cirúrgico e criado 10 leitos de UTI neste local e mais 7 leitos de suporte respiratório na emergência (sendo estes para pacientes em estado grave, em uso de oxigênio, necessitando ou não de intubação). Hoje todos os leitos de UTI já estão ocupados, assim que logo abriu, já foram ocupados com pacientes que estavam na emergência. Estamos preocupados com a gravidade que os pacientes estão chegando ao Hospital. Foi realizada a contratação de 70 profissionais de diversas áreas da Saúde. A Instituição agradece muito a SMS na pessoa do Sr Jean pois está proporcionando todo o suporte necessário, pois neste momento de pandemia as coisas estão muito difíceis em relação aos valores de EPI, medicamentos que não tem no mercado, mas, mesmo assim, o Hospital está disposto a ajudar a população de Joinville e Norte Catarinense, inclusive com o desafio de abrir mais 8 leitos de UTI nos próximos 15 dias, já foi realizado o pedido dos equipamentos, estas aquisições foram também em função da ajuda da comunidade com a Compra da Trimania, o Hospital já gastou com recursos próprios 700 mil reais para a compra de equipamentos para os 10 primeiros leitos e hoje mais 1 milhão de reais para a nova etapa dos leitos, estamos fazendo o possível e impossível para atender a comunidade. Sr Adilson pergunta se esses 10 leitos estão supridos com todos equipamentos e pessoal. Sr Hilário relata que sim, para abertura responsável necessita de todo aparato. A Secretaria do Estado entregou 15 respiradores para a Instituição, e em relação a monitores, bombas de infusão são do Hospital. Hoje nós queremos ajudar a Cidade a desafogar o HMSJ porém a estrutura da UTI lotou com os próprios pacientes que vem em nossa porta de entrada que aumentou muito a demanda. Estamos com uma obra acelerada, para a entrega em 70 dias de 3 salas de cirurgia, assim, voltaremos as cirurgias eletivas e de emergência. Nossa demanda está no momento para UTI. Em relação aos leitos de Enfermaria, a Instituição tem 55 leitos (com capacidade total utilizada). Estamos com dificuldades de afastamentos de Funcionários, porém um grande empecilho é a demora nos resultados de exames para COVID vindo do estado via LACEN, esta demora em relação a pacientes e funcionários é um grande problema para o Hospital. Em algumas situações fazemos testes particulares para vir o resultado mais rápido. Fazemos afastamentos e testagem em todos funcionários com sintomas. Sr Luciano pergunta em relação as ampliações de leitos, como esta a situação em relação as normas exigidas da ANVISA para configurar em UTI e novos leitos? Sr Hilário responde falando que já haviam licenças para a construção de novas salas de cirurgia, e a troca em sala cirúrgica em leitos de UTI não foi necessários novas papeladas. Já possuem um projeto para a construção de mais 40 leitos de UTI, que será iniciada assim que as 3 salas de cirurgia estiverem prontas, será verba municipal no montante de 8 milhões prometido pelo Secretário Jean, para o término das 3 salas de cirurgia e construção de 40 leitos de UTI, este projeto já esta aprovado na Vigilância Sanitária e com isso podemos começar, pois sem aprovação a demora é entorno de 6 meses / 1.

ps://seil.joinville.sc.gov.br/seil/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000074650... 1

ano. Em relação as medicações usadas hoje pela Instituição, estamos com grande dificuldade de adquirir, com isso o HMSJ tem fornecido (emprestando) medicações para não haver falta. Sr Luciano pergunta em relação aos funcionários, se existe uma alta taxa de rotatividade e treinamentos diversos. Sr Hilário explica que rotatividade existe em função dos atestados, mas que a Instituição teve uma sorte muito grande em novas contratações de pessoas com experiência em UTI, foram mais de 90% das novas contratações com experiência, pois em muitas instituições dos Municípios houve demissões em função da suspensão das cirurgias eletivas. Nenhum funcionário entra na Instituição sem treinamento e integração, por isso vamos levar mais 15 dias para abrir os 8 novos leitos, pois precisamos contratar e treinar. A média de 25 funcionários afastados com atestados. Sr Adilson pergunta sobre os protocolos de uso de medicação e atendimentos. Sr Hilário relata que muitos protocolos são iguais ao do HMSJ, possuímos muitos plantonistas que trabalham nas duas instituições. Protocolos do Ministério da Saúde e HMSJ, e Sr Hilário deixa como registro o apoio que vem recebendo do HMSJ para implantação da UTI, com apoio do Sr Douglas, Sr Jean, enfermeiros dão orientação, uma parceria muito grande e importante. Sr Adilson pergunta sobre a demora do LACEN e testagem de funcionários. Sr Hilário relata que todo funcionário é afastado e testado, com a demora do LACEN é realizado o teste (PCR) em outras instituições, fazendo assim o retorno ao trabalho ou afastamento concreto deste funcionário, existem pacientes que entram para tratamento, ganha alta ou vem a óbito e ainda assim o resultado não vem, gerando transtornos para familiares e para Instituição. Estive em Florianópolis e foi prometido pelo Ministro da Saúde e Secretário de Estado que este problema demora iria ser resolvido com a aquisição de nova máquina para testagem. Sr Adilson pergunta sobre EPI. Sr Hilário fala que no início da pandemia houve dificuldade, porém agora não apresenta mais problemas sobre isto. Eles estão muito caro, porém nunca faltou. Sr Adilson pergunta sobre os protocolos e sobre as pessoas que entendem que a Cloroquina é a cura para a COVID. Sr Hilário fala que não houve nenhuma reclamação, pois os médicos são superqualificados, eles apresentam de forma correta aos pacientes, a maioria dos pacientes saem recuperados, mas não existe esta pressão. Usamos a medicação, porém é critério médico. Sobre os medicamentos anestésicos, a Instituição teve desabastecimento, porém suprido pelo HMSJ. Temos insuflados chegando (importados), já foi solicitado ao Estado, porém ainda não chegou. Sr Adilson pergunta sobre como a Instituição está encarecendo financeiramente os gastos com esta nova demanda. Sr Hilário reforça que eles estão ajudando a comunidade graças a ajuda que recebe do mesmo vindo da Trimania. Se não fosse esses recursos não teríamos condições de fazer, a média de repasse é de R\$ 500 mil / mês, vindo da Trimania, se hoje está sendo feito é um retorno de toda ajuda que sempre veio da Comunidade e podemos retribuir. Já recebemos do Gov. Federal 850 mil reais e do Gov. Estado 450 mil reais para o enfrentamento da COVID. Sr Vilson pergunta sobre os recursos disponibilizados, se o Hospital pode disponibilizar estas informações de gastos, se existe o portal da transparência do hospital. Sr Hilário relata que todos os recursos já foram gastos com a compra de EPI e medicações, infelizmente não sobrou para a compra de equipamentos, estamos comprando equipamentos com Valores Trimania e do Município temos em emendas parlamentares para receber 1 milhão e 800 mil, que o Município deve repassar em 4 parcelas, que ainda não ocorreu. Fazemos a prestação de contas mensais para o Gov. Federal, Estadual e Municipal, a partir do dia 1 de agosto colocaremos em nosso site estas informações. Estamos recebendo do Município a média mensal dos últimos 12 meses, sobre a Lei 13995/2020. Sr Adilson pergunta qual avaliação deste enfrentamento na linha de frente. Sr Hilário relata que é péssima em relação ao comportamento das pessoas, não sabem se comportar ficando aglomerando, o grande risco de contaminação é neste período de aglomeração/ festa, enquanto não haver um respeito e conscientização da população que precisa se afastar e não aglomerar, os próximos 15 dias vai piorar muito, após isso deve estabilizar e persistir por mais 60 dias. Sra Eliana relata que em relação a pauta apresentada, temos como tema ainda: Ambulância do Hospital e exames exigidos para uso da "Cloroquina". Sr Hilário, relata que o Hospital tem um contrato com empresas privadas para o transporte e traslado de pacientes e para realizar Tomografia se necessário. Já foi comprado o Tomógrafo e a Máquina de Ressonância porém sem data para instalação. Quando necessário o paciente que necessita de Tomografia o Hospital faz o Transporte até a clínica contratada. Porém Sr Hilário explica que com a experiência o Diagnóstico é apresentado em RX (90% dos casos), se necessário faz a Tomografia. Finalizamos a presença do Sr Hilário nesta reunião com agradecimentos gerais, e parabenizando a "Coragem" da Instituição, reforçamos nosso apoio a Instituição para qualquer eventualidade para o enfrentamento da Pandemia. Com a palavra Sr Hilário reforça o esforço da equipe, agradece a este Conselho, SMS, HMSJ e aos Deputados Federais – Rodrigo Coelho, Darci de Matos, Comandante Armando, Carlos Chiodini, Carmem Zanotto, Senadores Dario Berger e Esperidião Amin e ao Dep. Estadual Fernando Krelling. Agradece em especial a Comunidade com o apoio da Trimania, este valor é de suma importância. Continuamos a reunião com os membros da Comissão para traçar novas demandas. Com a palavra Sr Luciano, elenca novas frentes para trabalharmos nesta Comissão, a primeira questão é a

ps://seil.joinville.sc.gov.br/seil/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000074650... 2/3

segurança do trabalhador – apresentar protocolos mais claros (publicação), segunda: questão são as faltas dos anestésicos – planejamento, critérios de repasse e estratégia para compra, fornecedor e estoque. Necessários protocolos de uso para não haver desperdício. E a terceira situação é o repasse de verbas. Outro ponto, quais são os indicadores para novas estratégias no combate a pandemia. Sr. Vilson apresenta preocupação com a falta de medicação, mesmo com o aporte do HMSJ, quais são os estoques/reposição. Levanta a preocupação sobre o Hospital Infantil, sobre ocupação e leitos. Em debate desta Comissão vimos a importância do próximo passo, em função do grande número de rotatividade de pacientes como o recebimento de respiradores em PA da cidade. Solicitamos para a próxima reunião, se possível, a Diretora da alta e média Complexidade e Gerente dos Prontos Atendimentos 24horas(PA's).



Documento assinado eletronicamente por Adilson Adolfo Correa, Usuário Externo, em 31/07/2020, às 08:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Luciano Henrique Pinto, Usuário Externo, em 31/07/2020, às 09:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Vilson Freitas Junior, Usuário Externo, em 31/07/2020, às 09:43, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira, Usuário Externo, em 31/07/2020, às 12:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.sei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador 6815937 e o código CRC 447F218E.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

Foto 22, 23 e 24 – Registro da Sétima Reunião da Comissão Covid-19/CMS

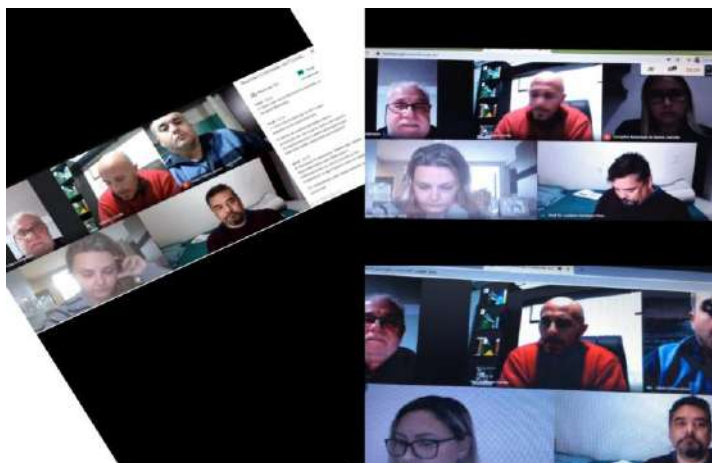


Foto 25 – Registro da Sétima Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Oitava reunião da Comissão, dia 04 de agosto de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:30h. Presença do Presidente do CMS, Sra. Marlene Bonow Oliveira – Diretora Executiva da Alta e Média Complexidade e Sra. Mayra Daniela Miers – Gerente de Urgência e Emergência e Articulação Hospitalar.



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 04/08/2020 – Comissão CMS Covid – 19

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 04/08/2020, tendo início 20:00h e término 21:30h. Presença do Sr. Adilson da Silva – Presidente do CMS, Sr. Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra. Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr. Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sra. Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS, Sra. Marlene Bonow Oliveira – Diretora Executiva da Alta e Média Complexidade e Sra. Mayra Daniela Miers – Gerente de Urgência e Emergência e Articulação Hospitalar.

Sr. Adilson inicia com agradecimentos e apresentação da Comissão. Solicita uma análise geral e como o trabalho vem se desenvolvendo nos atendimentos dos PAs 24 horas em relação aos respiradores recebidos. Sra. Marlene inicia a fala reforçando a importância desta comunicação entre CMS e SMS. Explica que uma UPA já possuía habilitação para respiradores, tendo em ambulâncias para transporte de pacientes, o que ocorreu com a liberação de recursos para o município para o enfrentamento da COVID, a SMS realizou compras que já estavam em andamento (planejamento) para uso no primeiro momento de necessidade, o uso de respiradores para salvar uma vida, mesmo sendo um espaço transitório. No caso do salvamento via SAMU, se em seu itinerário ter uma UPA é a que o paciente será recebido para agilizar o atendimento de salvamento, existe equipamentos previsto para ter em uma UPA, neste momento a intenção não é a transformação em UTI, mas em dar um suporte mais rápido e eficiente ao acometido. Com essa aquisição as UPAs estão melhor capacitadas para o atendimento mais imediato em uma emergência, com a estabilização do paciente e dependendo da situação realizar o transporte para um hospital de referência. Sr. Adilson pergunta sobre as portas de entrada dos PAs, em relação a problemas respiratórios ou não. Sra. Marlene relata que hoje o HMSJ é a referência para internação COVID, principal da região, temos uma organização de tal modo: O HMSJ faz uma triagem dos pacientes COVID, recebendo apenas os casos mais graves, os moderados são direcionados para uma UPA, a essência da UPA era o atendimento dos moderados. Todos os PAs contam com leitos de observação, que ficam de uma condição de observação, não são leitos de internação. Sr. Adilson inicia a pauta solicitando a Capacidade instalada para atendimento ao COVID. Sra. Marlene relata que desde o início da pandemia todos os pacientes era separados por quadro respiratório ou casos gerais (nos três PAs), uma divisão interna total para a segurança de todos. Ao longo dos meses a proporção dos atendimentos aumentou consideravelmente, definindo assim uma nova estratégia nos atendimentos, a partir desta semana foi definido que o PA Sul e PA Leste são unidades Sentinelas para casos de quadros respiratórios, são atendimentos de referência. E o PA Norte fica como referência para outros atendimentos gerais. Qual o motivo disso? Com isso, gera uma maior segurança e a criação de mais leitos de observação. Lembrando que sempre se fala em três PAs em Joinville, porém no Hospital Bethesda também é um Pronto Atendimento contratualizado SUS, fazendo parte dos Prontos Atendimentos. Sra. Mayra reforça os números de leitos de observação: PA Sul - 18, PA Leste - 22 e mais 4 leitos de emergência em cada um (leitos com respiradores). São leitos que não entram na contagem de números gerais pois são para a estabilização do paciente para direcionamento para Hospitais. Sr. Luciano faz uma colocação sobre a procura da população para os PAs, pois existe uma dificuldade da população em entender qual porta certa "bater" em relação as situações. A questão para ser levantada é sobre ter duas unidades Sentinelas e apenas uma para pacientes quadros gerais para os atendimentos, pergunta quanto a capacidade extra de COVID pode afetar a demanda normal de um PA e se há um preparo para isso? Se existe um indicador sobre números de outras enfermidades. Luciano sugere comentar sobre os profissionais, se houve afastamentos, ou sobrecarga de trabalho, reposição. Sra. Marlene relata que é um grande desafio para todos essas questões, fala que tiveram várias fases desafiadoras, em março foi a aquisição e quantidade de

EPIs, o mercado se organizou e as aquisições foram feitas, encerrado isso, o que se encontra hoje é a transmissibilidade que levou vários afastamentos, e houve reposições de funcionários pois ocorreu contratações, e ainda está entrando vários aumentando o quadro de funcionários. Hoje o que mais abate nos PAs é um stress emocional grande, pois a impressão que está, que a Pandemia não está diminuindo, "quando vai terminar". Na área de gestão do trabalho foi oferecido atendimentos de apoio psicológico. Sobre os afastados por contaminação, temos o afastamento por decreto do grupo de risco. Sr. Luciano fala sobre a importância de mostrar para a população que todos os casos serão atendidos, que o sistema não está colapsando, pois ocorre o medo/ stress na população do não atendimento de enfermidades que não seja COVID. Reforça também que com aumento de atendimento pode haver falta de insumos e medicamentos, como a SMS está lidando com este assunto? Sra. Marlene reforça que a capacidade instalada foi afetada com certeza, mas quando foi definido em unidades Sentinelas foi visto os indicadores de números e motivos de atendimentos, com estes números foi visto que é possível transformar estas unidades referências COVID. Sra. Marlene reforça que mesmo não parecendo os atendimentos gerais eles estão ocorrendo, policlínicas com suas agendas abertas, atendimentos especializados girando, em menor proporção e cuidado, mas ocorrendo. Sobre a dispensação de insumos de EPI, é realizado 3 vezes na semana pela área controlada, reposições esta ocorrendo normalmente de forma organizada e sem desperdício. Em relação aos medicamentos: os PAs também usam alguns tipos de anestésicos, mas estão em um conjunto de compras, o Ministério da Saúde entrou "nesta briga" para fabricação e reposição, até o momento não temos falta e os estoques estão supridos, hoje no momento o que temos falta é de Testes. Acreditado que hoje foi homologada a compra de 60 mil testes. Sra. Mayra relata que todos os servidores (100%) foram testados, sendo Total Leste - 29 servidores confirmados e hoje 6 afastados. Total Sul - 26 e atualmente 4 aguardando resultado e 2 afastados, Total Norte 16, e 4 afastados. Sr. Wilson relata que precisa se ausentar da reunião, pois está de plantão nos Bombeiros. Sobre a testagem da população no PAs, passando a fazer o Teste Rápido, paciente entra para a consulta, preenchendo os critérios o paciente faz o teste rápido, recebendo o resultado em mãos o PCR demora em média 7-10 dias. Questionamento Sr. Mauricio CLS Costa e Silva- Porque as pessoas com mais de 60 anos que estão indo aos PAs não podem ter acompanhante? e apenas fazem o teste do Covid e mandam embora. Isto aconteceu com o irmão da minha tia este final de semana no PA leste e o mesmo veio a óbito sendo que ele deu entrada no PA com arritmia e ataque. Porque as mortes por Covid estão sempre correlacionadas com outras comorbidades por exemplo:coração. Então a pessoa contrai o vírus do Covid e vem a óbito. Porque não se coloca no atestado de óbito o real motivo da causa da morte? Colocam Covid ou suspeita de Covid? Sra. Marlene relata que infelizmente as estatísticas nos demonstraram que as pessoas que tem alguma comorbidade estão sofrendo mais com esse vírus. Sr. Adilson pede esclarecimentos sobre a forma de acolhimento relatado no caso apresentado. Sra. Mayra esclarece que estas situações mais drásticas precisam ser tomadas, pois precisamos cuidar da população, dar segurança para todos. Todos os pacientes são classificados com os sinais/sintomas que apresenta no momento. Se no momento apresentar arritmia ou sintomas respiratórios, ele é tratado conforme o quadro apresentado. Sobre a entrega de materiais externos, não é permitido, pois ocorre o risco de contaminação e estamos trabalhando para quebrar a cadeia de contágio. Sra. Mayra fala sobre as declarações de óbito, A Certidão de Óbito é um documento preenchido pelo médico que deu assistência ao paciente, existe um campo de CID que é a patologia que supostamente levou a pessoa a óbito. Quando o médico constata o Óbito ele coloca o CID principal aquela enfermidade direta do óbito, abaixo deste CID o médico pode complementar com mais três CID, de comorbidades apresentadas. Agora pergunta da Sra. Zenir CLS Saguacu - Uma das queixas é que alguns usuários passaram pelo PA e foram mandados procurar uma Unidade Básica de saúde para fazer o teste, sem critérios e prazos. Um paciente foi no final de junho no PA do Aventureiro com sintomas: dores no corpo, dor de cabeça, na garganta o médico falou que era dengue, dois dias depois teve que voltar, tinha piorado e o médico disse que era COVID, não fizeram exame e ficou de cama e não conseguia sair da cama mais de 15 dias, não deveriam ter o teste? Sra. Mayra relata que os testes devem ser feitos conforme os critérios do Ministério da Saúde, acredito que na primeira procura este usuário não preenchia os critérios e no outro momento ele retornou com outros sintomas, se ele não entra nos critérios adotados, ele não fará o teste. Porém sem conhecer o caso melhor, mas afundo é difícil analisar. Passamos também várias atualizações com médicos e Enfermeiros para alinhar melhor estas condutas desde o início da Pandemia. Estamos conseguindo ser bem eficientes agora para não ocorrer estes equívocos mais. Mas reforça que precisa preencher os critérios. Questionamento do Sr. Reinaldo CLS Adhemar Garcia - No que se refere a prevenção, o que estão se fazendo? algum protocolo? se sim como é o procedimento? Porque isso estamos vendo a Ciência já admitir que a vários remédios podem prevenir que na sua maioria dos usuários cheguem a ter a inflamação

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000075475... 1

Foto 26 e 27 – Registro da Oitava Reunião da Comissão Covid-19/CMS

pulmonar aquela que de maior gravidade de chegar a entubação. Sra. Marlene relata que a prevenção mesmo seria a vacina, e como não temos a Vacina, as medidas adotadas precisam ser usadas, higienização, distanciamento, uso de máscara.... Entrando no assunto tratamento precoce, nós usamos a linha do Ministério da Saúde que recentemente publicamos em toda a rede, a orientação do Ministério em relação a alguns medicamentos, os medicamentos estão disponíveis, mas precisa ser consentido entre médico e paciente, pois a Ciência não tem todas constatações da eficácia, fica a arbitrio do Médico a prescrição ou não, e o paciente precisa saber e assinar um termo. A SMS está aplicando exatamente o que o Ministério estabelece. A realidade é que não temos muitos médicos prescritores. Sr. Luciano reforça que sobre as medicações não existe comprovação científica e particularmente penso que estamos longe de ter. Existe um apelo popular e de profissionais, mas necessitamos zelar mais sobre a segurança do paciente. Criando os protocolos de consentimento e uso. Quais os valores de percentuais de usuários atendido por esses estabelecimentos para a comitês de Covid19 e os descartados da doença? Sra. Mayra relata que em Março/Abril os atendimentos de sintomas respiratórios eram em média de 10%, Maio/Junho 40 %, Julho/Agosto com quase 70%, o que nos levou a ação de transformar a UPA Sul e Leste em Unidades Sentinelas. O que quer dizer que os pacientes com outros problemas não serão atendidos, existe leitos reservados para urgência e emergência nas Unidades. Temos uma média de entubação de pacientes que chegam ou ficam graves logo após o atendimento, média de 5 por semana. O tempo Máximo para remoção de dentes pacientes é de 2 horas para unidade de referência. Sr. Adilson faz outra pergunta, está faltando anestésicos nos PAs e UPAs de Joinville? Sra. Marlene relata que não temos dificuldade no momento, porém temos um risco eminente de desabastecimento. Sr. Adilson relata que em relação a pauta tivemos todos questionamentos contemplados. Agradecimentos gerais e finalizamos a presença das convidadas, permanecendo apenas a Comissão "On-Line". A Comissão finaliza traçando metas para a próxima reunião, esta que será sem convidados, para fazer um balanço geral, criar novas metas em relação a Comissão.

		Documento assinado eletronicamente por Adilson da Silva, Usuário Externo , em 11/08/2020, às 14:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Adilson Adolfo Correa, Usuário Externo , em 11/08/2020, às 15:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Vilson Freitas Junior, Usuário Externo , em 11/08/2020, às 15:44, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Luciano Henrique Pinto, Usuário Externo , em 11/08/2020, às 20:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
		Documento assinado eletronicamente por Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira, Usuário Externo , em 11/08/2020, às 20:59, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.sei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **6892678** e o código CRC **09D8FF00**.

Rua Doutor João Colin, 2719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

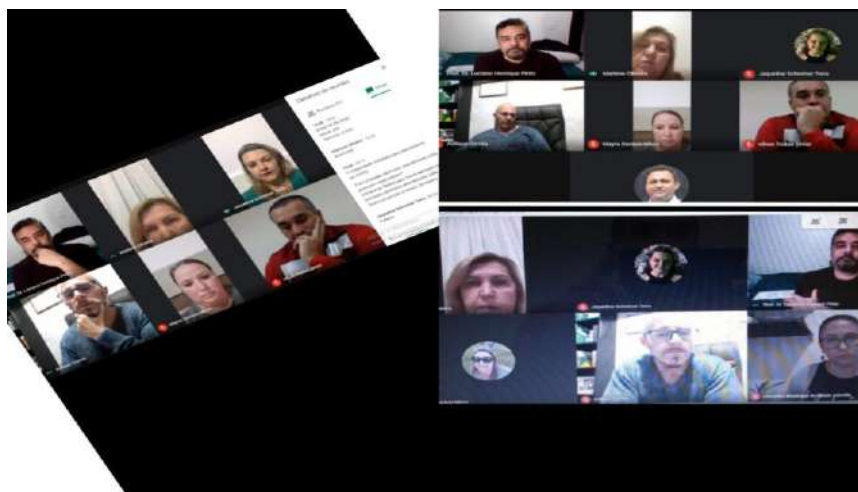


Foto 28 e 29 – Registro da Oitava Reunião da Comissão Covid-19/CMS

Nona reunião da Comissão, dia 11 de agosto de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:30h.



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 11/08/2020 - Comissão CMS Covid - 19

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 11/08/2020, tendo início 20:00h e término 21:30h. Presença do Sr Adilson da Silva - Presidente do CMS, Sr Adilson Correa - representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra - representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sr Vilson Freitas Junior - representante CL Comasa e Sra Eliana Garcia Paterno - Coordenadora da Área do CMS.

Sr Adilson Correa inicia a reunião fazendo um breve resumo das reuniões anteriores e seus participantes, solicita que o Sr Luciano apresente também um breve resumo e novas diretrizes/sugestões desta comissão: Sendo lincadas por ele: - *Segurança do Trabalhador; *Protocolo Hospitalar(publicizar); *Falta dos anestésicos. Qual estoque de Joinville? Para quanto tempo? Qual a estratégia? *Repasso de Verbas (prioridade para gasto); *Indicadores; *Ações a ser tomadas; Sugestões da Sra Jaqueline: - *Quais as ações planejadas pela SMS após Covid? Saúde Mental/ Medicamentos/Consultas/Reabilitação. Sr Vilson que não conseguiu em realizar visitas nos locais debitados em função da pandemia (transmissibilidade do vírus), observa que esta comissão ficou mais direcionada no quesito informação e não fiscalização, Adilson mostra de grande relevância estas visitas porém no momento fica em aberto para discussão e decisão de cada um sobre o tema. Sra Eliana relata que a Comissão foi e esta sendo de muita importância em função da preocupação dos Presidentes dos Conselhos Locais e Conselheiros Municipais em relação a comunicação. Com o envio das ATAS, percebeu-se a confiabilidade das informações e segurança sobre a comunicação, e mostrou que a Comissão esta questionando a SMS sobre diversos temas de relação a COVID 19. Sra Eliana se dispõe a realizar um relatório parcial sobre todas as reuniões para dar um parecer aos Conselheiros. Sr Adilson inicia os assuntos da pauta, que é realizar a apresentação deste relatório e enviar para: Conselho Nacional; Comissão CVJ; Comissão de Saúde da OAB; Secretária da Saúde; Presidentes Locais. Sr Adilson mostra a importância da publicação deste relatório para mostrar os trabalhos desta comissão. Sra Eliana realizará um relatório parcial do histórico até a presente data. Sra Eliana sugere publicar no Site Prefeitura de Joinville e realizar uma Apresentação em Assembleia do CMS; seguindo a Pauta, Sr Adilson mostra as sugestões do Sr Luciano para novas demandas da Comissão: Sr Luciano acredita que são temas que surgiram com as reuniões anteriores, para serem fiscalizados, e observado e melhor contemplado: *Segurança/saúde do Trabalhador; - treinamento; EPI; contágio - ter um cuidado especial as pessoas que estão na linha de frente, ter uma transparência sobre entrega de EPI, realizar um protocolo de segurança do Profissional e treinamento. *Falta dos anestésicos. Qual estoque de Joinville? Para quanto tempo? Qual a estratégia? Porém ficar atento a outros insumos. *Repasso de Verbas (prioridade para gasto); Clarezza no Portal da Transparência, atualização constante. *Indicadores; - mais transparência e atualização nos dados, mais precisos. *Ações a ser tomadas pela SMS em uma piora do quadro. Para tornarmos o sistema mais eficiente. Sr Adilson lê a resposta sobre anestésicos que foi informado pela Sra Marlene, que tem uma estimativa de uso para 15 dias. E para o HMSJ é de 6 - 40 dias dependendo do tipo de medicação a ser usada, e na data de hoje houve uma resposta do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado fornecerá estes medicamentos, melhorando assim a suficiência de estoque. Sra Jaqueline esclarece suas sugestões para o andamento, sugere esclarecimentos para o Sr Mário e Sra Marlene como será o aumento progressivo - sabemos que os atendimentos não pararam, porém teve uma diminuição considerável dos atendimentos em UBS e nas especialidades Médicas e não Médicas, pois é necessário saber se as pessoas infectadas pelo COVID 19 obtiveram alguma seqüela motora ou respiratória, e sobre as outras patologias que acometem a população. Sr Adilson Correa relata a criação do Centro para Tratamento Precoce na Cidade, um local que abriga os médicos que fazem uso da Cloroquina e outros remédios OFF-Label no Tratamento da COVID-19. Sr Vilson apresenta caso de

se:link:joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_sei&acao_origem=aviso_visualizar&id_documento=10000070271... 1/1

01/08/2020

SEI/PMJ - 095565 - Ata

paciente que foi a uma UBS e gostaria de tomar medicações não comprovadas para COVID-19, tendo a negativa médica no momento. Com este centro de Tratamento Precoce, as pessoas podem e serão melhor avaliadas se são candidatos ou não ao uso deste "Kit". Sr Luciano lembra que a posição desta comissão sobre a prescrição destas medicações, respeitamos a autonomia médica. Sr Adilson, faz um balanço sobre as reuniões, relatando a presença dos representantes da SMS - Sr Fabricio. Uma pesquisa intensa no Portal da Transparência para observar os números gastos e recebidos pelo Município. Relata a reunião com os Representantes dos Responsáveis do HRDS com uma surpresa dos números apresentados na reunião e menos de 10 horas apresentou - se a notícia de capacidade máxima do hospital. Com a terceira reunião que fizemos sem participação externa e criando a ideia para ouvir os presidentes dos conselhos locais, e realizar reuniões com temas e perguntas sugeridas pelo Presidente CLS. E na próxima reunião foi realizada uma reunião com mais de 50 perguntas vindas dos Presidentes dos Conselhos Locais respondidas pelo Secretário Jean, com ótimo aprendizado. Na próxima reunião ouvimos o Sr Hilário Hospital Bethesda que relatou as dificuldades sobre a mudança de atendimentos e um desafio encarado com coragem e reconhecimento a contribuição para a população de Joinville. Em nossa sexta reunião recebemos as representantes dos PAS, para sanar dúvidas sobre o recebimento de respiradores por estes lugares e a forma de atendimento e prevenção aos funcionários e população, chegando a esta reunião realizando um balanço geral das funções realizadas até hoje e novas diretrizes e estratégias e encerrar este desafio de ficar vigilante por tempo indeterminado. Ainda neste trajeto de buscar uma diretriz, tivemos recentemente uma informação que existem crianças infectadas com COVID, e com isso surge novamente o interesse em conversar com representantes do Hospital Infantil. Sr Luciano relata que como representantes populares tivemos um clima amistoso, para provar a função da comissão que quer ser resolutiva e informativa, que foi muito importante a aproximação. E mostra o mérito da comissão de forma apresentada de forma tranquila. Sugere que ouvimos sim o Hospital Infantil. E os próximos temas talvez uma próxima rodada de conversas com os mesmos para atualização dos temas, e mais tardes visitas nos Hospitais. Sr Vilson mostra a importância das ATAS, ter as ATAS publicadas e disponibilizadas, para mostrar as funções e informações geradas para a população. Sobre o Hospital Infantil, ele vê a importância de averiguar o investimentos gerados e os dados dos atendimentos. E entender o dia-a-dia da instituição. Fica como sugestão do Sr Adilson, um relatório de investimentos, das verbas recebidas, para o HMSJ. HRDS, CVJ e Hospital Bethesda, no momento da visita este relatório será de grande valia para a comprovação de gastos e investimentos das instituições. Sr Adilson, acha que os pedidos de informações precisa ser muito pontual e específica, para ter um resolutividade. Sra Eliana relata que a Diretora executiva do Hospital Infantil estará de férias até 20/08, sendo que seria necessário aguardar este momento, pois será de mais resolutividade e com informações mais precisas sobre o tema. Sra Eliana relata que o Hospital São José não foi ouvido ainda, mesmo que seja de administração do Secretário da Saúde, os Diretores Douglas e Dr Niso não foram escutados sobre os atendimentos e leitos. Realizaremos o convite para a direção do HMSJ, e no dia 25/08 fica como sugestão a Diretoria Executiva do Hospital Infantil Sra Estela. Sr Adilson encerra a reunião 21:20.



Documento assinado eletronicamente por Adilson da Silva, Usuário Externo, em 20/08/2020, às 20:37, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Luciano Henrique Pinto, Usuário Externo, em 21/08/2020, às 09:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



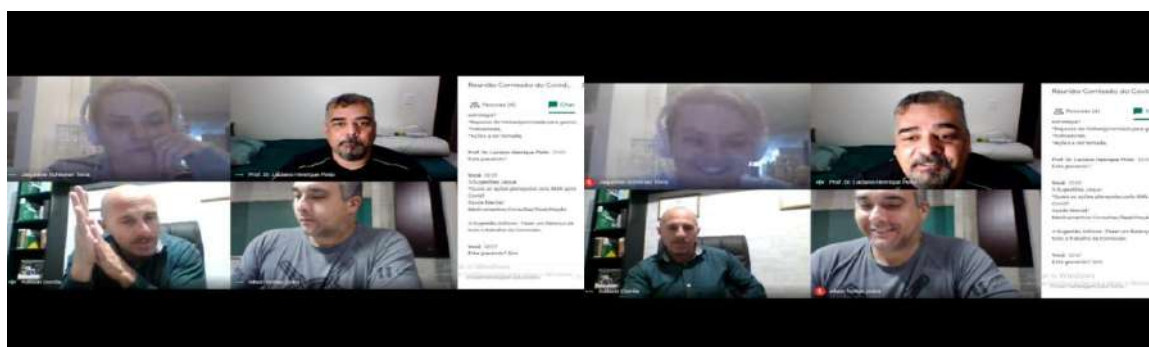
Documento assinado eletronicamente por Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira, Usuário Externo, em 21/08/2020, às 12:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por Adilson Adolfo Correa, Usuário Externo, em 21/08/2020, às 12:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

Documento assinado eletronicamente por Vilson Freitas Junior, Usuário Externo, em 24/08/2020, às 09:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

https://seil.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_sei&acao_origem=aviso_visualizar&id_documento=10000070271... 2/2



Ocupação dos Leitos COVID Adulto e taxa de Isolamento em Joinville



Décima reunião da Comissão, dia 19 de agosto de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 16:10h e término 17:50h. Presença do Sr Adilson da Silva – Presidente do CMS, Sr Douglas Calheiros Machado – Diretor Executivo HMSJ e uma breve participação do Dr Niso Eduardo Balsini – Diretor Técnico HMSJ.



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 19/08/2020 - Comissão CMS Covid - 19

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 19/08/2020, tendo início 16:10h e término 17:50h. Presença do Sr Adilson da Silva – Presidente do CMS, Sr Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sr Wilson Freitas Junior – representante CL Comasa e Sra Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS, Sr Douglas Calheiros Machado – Diretor Executivo HMSJ e uma breve participação do Dr Niso Eduardo Balsini – Diretor Técnico HMSJ.

Sr Adilson inicia a reunião 16:10h, explicando a função desta comissão e apresentando membros. Relata que foi feito incremento de leitos e pede explicações ao Sr Douglas sobre capacidade instalada de leitos de UTI e enfermaria, exclusivo para COVID no Hospital São José. Sr Douglas relata ser um prazer conviver com os conselheiros e acredita que a participação popular é um dos pilares para a construção do SUS. Sobre COVID explica que desde o início de Março foi criado um grupo de discussão/contingência e a partir disso Dr Niso assumiu as discussões, para a criação de contingenciamentos para o enfrentamento, e foi construído um projeto, um plano de ação, para cada momento que de dificuldade "momento de gargalo" passaria para novas etapas, os objetivos sempre foram a criação de leitos. Não construímos espaço físico, e sim modificamos os espaços já existentes. Hoje na prática temos dois Hospitais dentro do São José, foi criado vários gatilhos para o enfrentamento. Como temos a autonomia administrativa, a exigência é maior para a criação de leitos. Sabemos que houve prejuízos no campo de cirurgias eletivas, para aperfeiçoar o espaço e mão de obra interna, realizamos modificações internas, não tínhamos espaços físicos ociosos para a criação de leitos. A equipe que construiu este novo formato, sabemos que fomos no caminho certo, muitas vezes autodidata, temos uma estrutura hoje que nos deixa satisfeito para o atendimento da população. Apesar das dificuldades e ser uma situação incerta, acreditamos que estamos no caminho certo. Hoje possuímos 50 leitos UTI COVID e 28 leitos de enfermaria para Suporte Ventilatório Pulmonar - quarto andar. Duas unidades de transição, onde recebemos os pacientes e antes de ser encaminhado para uma UTI são feitos os primeiros atendimentos e mais 8 leitos de enfermaria. Antes da Pandemia o HMSJ contava com 30 leitos UTI geral. Com a Pandemia fomos construindo os leitos hoje temos 70 leitos de UTI total sendo 20 leitos UTI Geral e 50 leitos UTI suspeitos ou positivos COVID e 36 leitos de enfermaria COVID. Sr Adilson pergunta: Qual qualidade do paciente que entra no hospital? Sr Niso relata que de forma geral chega grave no hospital, temos um maior número de internados em UTI do que em enfermaria, é uma doença que chega ao hospital com maior gravidade (Hospital de referência). Relata que o agravamento é por grande maioria: idade avançada, doença renal, hipertensão, neoplasia e diabético e em jovens: fator obesidade, não tem doença crônica mas possuem obesidade, se encaminha com a piora por ser obeso. Sr Adilson pergunta sobre Morte do paciente "Com e De COVID" - dilema. Sr Niso declara que grande problema, analisando esta situação, o Covid é um fator associado, salvo as exceções (que entram em falência sem ter doença pré existente). O maior problema é o consumo muito grande pulmonar dos pacientes com comorbidade, o óbito é mais precoce pois a capacidade corporal se exacerba muito. Sr Adilson: Qual momento apropriado para a procura médica? Sr Niso relata que a Rede Municipal esta bem organizada para todas as fases e evolução da doença, casos leves tem assistência no centro de triagem, média gravidade UPA e os graves são encaminhados ao hospital - vindos das Unidades. O atendimento precoce já este bem difundido, com a procura no início dos sintomas. Sr Adilson pergunta sobre, qual a situação do HMSJ no sentido dos leitos, busca em outros hospitais e mostra que ele estaria com sua capacidade limitada. Sr Douglas esclarece: Vejo no Secretário um sentimento acima de esfera de Governo Estadual, vejo uma ajuda direta, mesmo em outros hospitais (Bethesda e Regional) mostra um compromisso muito maior, o Secretário Jean quando busca alternativas e pede para nós fazermos o dever de casa, um exemplo no Bethesda, antes de abrir leitos lá, tiramos "leite de pedra" para criarmos leitos

01/09/2020

SEI/PMJ - 7024862 - Ata

aqui. Se fora do Hospital esta sendo investido que é por que aqui dentro já criamos e recriamos leitos, tendo visto que antes era 30 leitos e hoje tem 70. Não conversamos se vamos avançar para 80 leitos, precisamos aguardar, não temos espaços vazios, preciso redirecionar, se for necessário, com certeza vamos fazer. Uma dificuldade no mercado é a falta de profissionais, por isso não podemos apenas criar e sim organizar os profissionais. Sr Luciano pergunta se a situação esta sob controle, qual seria um plano de ação para a criação de novos leitos? Qual o processo de Nova etapa? Sr Douglas esclarece que não podemos olhar apenas o HMSJ, pois somos uma rede, precisamos olhar a assistência de uma forma de rede, com ampliação de leitos da região e outros hospitais e cidades, a possibilidade de olhar público e poder transferir pacientes, isso ajuda muito o nosso sofrimento interno, com a ampliação de outros Hospitais da rede, a agilidade para a criação de leitos, aprendemos a mudar os trabalhos em menos de 24h, com a regulação de leitos. Sr Luciano pergunta quantos profissionais novos foram contratados? O que o HMSJ esta fazendo para proteger seus funcionários (EPI) e treinamentos. Sr Douglas relata em relação aos EPI hoje não é problema, no início tivemos dificuldade de compra pois o consumo foi aumentado consideravelmente e fugiu o planejamento histórico e hoje temos os fornecimentos estabilizados. Em relação aos recursos humanos realizamos os processos de seleção da forma mais simplificada, seguindo os critérios legais, mas na prática encontramos pessoas que não tinha experiência, não sentimos a segurança. Fizemos um treinamento de no mínimo de 1 semana de acompanhamento de servidores antigos. Foi uma dificuldade pela falta de experiência. Tivemos desistências, pois viram que não davam conta, essa reposição não se dá de um dia para outro. Nossos servidores sofreram, pelo volume de atendimento. Hoje já estamos com um número de atendimento razoável. Sr Luciano pergunta sobre o quadro de funcionários acometidos pelo Covid e como estão hoje? Sr Douglas mandará estes números posteriormente. Sr Adilson pergunta sobre Medicação Anestésica Sr Douglas relata que o consumo de pacientes COVID é superior aos pacientes de cirurgias eletivas, pacientes COVID usa 24 horas, as fábricas não tinham produção suficiente, temos estoque e buscamos com hospitais da cidade para um equilíbrio. Não estamos tranquilos quanto ao estoque. Temos trabalho com parcerias para todos terem estoque. O Ministério da Saúde está monitorando para hospitais não fazerem estoques e sim a parceria para todos terem o necessário. Sr Adilson pergunta sobre pacientes Oncológicos (atendimento). Sr Douglas mostra que a dinâmica interna Oncológica, é um paciente por natureza com sua imunidade diminuída, com essa diminuição de imunidade as dinâmicas foram refeitas, os pacientes que vinham pegar medicações a cada 30 dias, aumentamos a entrega para não haver o traslado. As consultas foram reprogramadas para maior dia (porem se houver uma mudança de quadro o paciente avisaria o hospital, ocorreram atendimentos domiciliares de pacientes que necessitam de enfermagem conforme recomendação médica. Para que o hospital não fosse fonte de contaminação. Sr Adilson pergunta sobre os atendimentos de Trauma, Acidentes/ politraumatizados. Sr Douglas esclarece que a porta de entrada esta aberta, toda esta responsabilidade é nossa. Todo politraumatizado pode ter consequência ortopédicas, neurológicas e cirúrgicas, não dividimos esta responsabilidade com ninguém. Algumas especialidades se restringem ao HMSJ. Por isso não fechamos as portas. Acredito que algumas situações deixaram de acontecer com tanta frequência o volume diminui. Sr Adilson segue a reunião perguntando como o Hospital São José está encarándo financeiramente os gastos com a pandemia? Sr Douglas relata que o repasse é realizado para o Fundo Municipal da Saúde - "Fundo a Fundo". O hospital acaba sendo beneficiado, mas o aporte vem via fundo municipal. O Hospital não recebe verbas exclusivas. Equipamentos e EPI sim, isso vem diretamente para o Hospital. Na prática somos uma coisa só. Este financiamento, este recurso precisa ser usado onde for necessário, a preocupação não é de concorrência e sim de parceria com a Rede Municipal. Tudo que é produzido no Hospital é apresentado ao Gestor Municipal, mas é um recurso específico, existe um recurso extra vindo durante a Pandemia, os leitos COVID possuem outra tabela para repasse, todas apresentadas. Existe um repasse do Governo Federal de "guerra" para o enfrentamento e a produção total. Sr Adilson pergunta se a possibilidade de um possível colapso do serviço público? Sr Douglas esclarece que é mínimo perto do que já passamos, a uns 45 dias tivemos situações de desespero, com a demanda. Hoje a sensação de um momento de perto do que foi vivido mais ameno, o controle não pode ser diminuído. Neste momento estamos bem organizados para evitar o colapso. Sr Adilson: Grau de alerta, o que o HMSJ se preocupa hoje? Sr Douglas: Uma das nossas preocupações é com os pacientes, por exemplo, Oncológico que precisam de cirurgia e normalmente necessita UTI. Dr Niso vem buscando uma estratégia de reter estes procedimentos. O mundo não parou, não digo sobre cirurgias eletivas, digo sobre cirurgias de cura. Nosso desafio é reter algumas ações. Pois no momento não abrimos mais de UTI Covid, mas em compensação, não podemos não realizar cirurgias oncológicas. Estamos em conversas com a equipe técnica. Sr Adilson pergunta sobre a Cabine de Ozônio se esta em funcionamento? Sr Douglas relata que não está, pois estão com projetos de pesquisa para a retomada do uso com segurança. Sr Adilson faz os

https://seil.joinville.sc.gov.br/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=10000070010...

01/09/2020

SEI/PMJ - 7024862 - Ata

agradecimentos gerais em especial ao Sr Douglas. Sobre a próxima reunião, ficamos no aguardo da confirmação da direção do Hospital Infantil, Sr Adilson encerra 17:45h.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira**, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 11:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Henrique Pinto**, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 14:44, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Adolfo Correa**, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 15:01, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



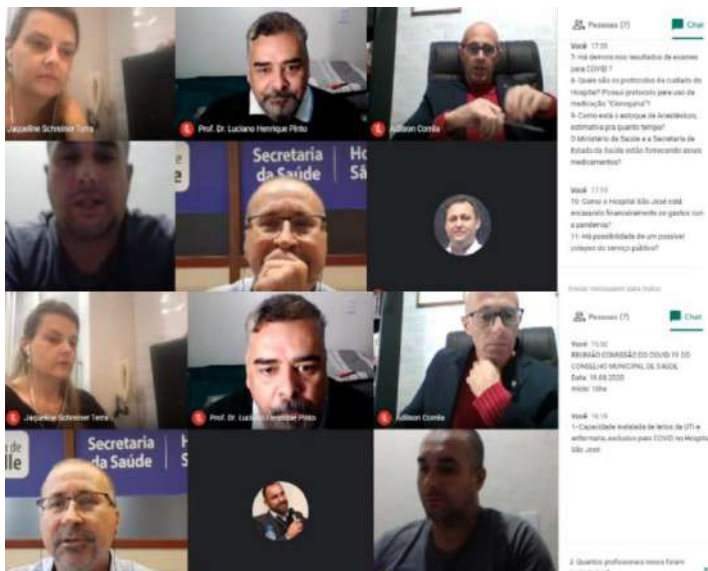
Documento assinado eletronicamente por **Adilson da Silva**, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 19:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Freitas Junior**, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 22:50, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portal.sei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador 7024862 e o código CRC 753439FC.



Décima primeira reunião da Comissão, dia 25 de agosto de 2020, realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, tendo início 20:00h e término 21:03h. Participação da Sra Estela Estela Mari Galvan Cuchi - Diretora Executiva do Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria.



Prefeitura de Joinville

ATA SEI

Reunião 25/08/2020 - Comissão Covid-19/CMS.

Realizada de Forma On-line na Plataforma MEET, no dia 25/08/2020, tendo início 20:00h e término 21:03h. Sr Adilson Correa – representante OAB, coordenador desta comissão, Sra Jaqueline Schreiner Terra – representante CREFITO 10 e relatora da Comissão, Sr Luciano Henrique Pinto, representante UNIVILLE, Sra Eliana Garcia Paterno – Coordenadora da Área do CMS, Sra Estela Estela Mari Galvan Cuchi – Diretora Executiva do Hospital Infantil Dr. Jeser Amarante Faria.

Sr Adilson Correa, inicia a reunião demonstrando o objetivo desta Comissão, explica todas as participações na reunião até o momento, reforça a importância de ouvir a Direção do Hospital Infantil pelos casos de crianças contaminadas com o vírus e o último caso de óbito de uma adolescente por covid-19, agradecimentos gerais e em especial a Sra Estela pela presença. Sr Adilson abre a pauta com a Sra Estela iniciando o bate-papo com a comissão. Sra Estela explica que, lá no início da pandemia em março o Hospital tomou todas as providências de separação de fluxo, o Hospital Infantil está muito tranquilo, estamos com poucos casos, hoje tem três pacientes internados suspeitos, o movimento no pronto socorro baixou 70%, a dificuldade que o hospital tem é a mesma que todos os hospitais, nível de Brasil a falta de medicamento anestésico, foi suspensa todas as cirurgias eletivas, sendo feitas só as de emergência. Sr Adilson pergunta: Qual a faixa etária de atendimento e se com a pandemia o hospital estabeleceu outro protocolo de atendimento? Sra Estela esclarece que a faixa etária do hospital continua a mesma, no pronto socorro o atendimento é até 14 anos e 11 meses, adolescentes a partir de 15 anos são atendidos nos pontos de referência da rede, caso seja necessário de internação é encaminhado via SISREG ao Hospital Infantil, a internação se dá até 17 anos. Sr Adilson pergunta: No movimento normal a tendência é aumentar as doenças respiratórias? Sra Estela responde que a questão pulmonar no ano passado nesse mesmo período, tivemos até cinco crianças internadas no pronto socorro por causa da Bronquiolite, como as crianças não estão indo para as escolas e creches, estão isoladas em casa, não está acontecendo a contaminação das crianças por doenças virais, por este motivo a demanda do hospital caiu muito. Se a criança chegar no hospital com os sintomas suspeitos de Covid-19 é usado o mesmo protocolo do Ministério da Saúde e Secretaria da Saúde, quando atende o protocolo com três sintomas e está na janela para realizar o teste rápido, ele é feito, se não tiver no total de dias que o protocolo determina, faz exame e fica internado na Enfermaria específica para Covid até o resultado, se positivo para Covid faz o tratamento. Sr Adilson pergunta: Se a porta de entrada está separada/dividida? Sra Estela responde que tem dois fluxos internos separados, um ponto de atendimento para verificação da temperatura e conversa com a Mte, se há qualquer suspeita respiratória (Covid) segue um fluxo, atendimento em recepção específica, se tiver outras queixas é encaminhado para outra recepção, são espaços distintos. Sra Jaqueline pergunta: Como está o atendimento, o fluxo de crianças? "vi que teve uma informação na mídia que tinha 300 crianças contaminadas" Gostaria de saber quantas ainda estão ativas e quantas estão internadas? Sra Estela responde que hoje internados temos três suspeitos, um na UTI Neonatal e dois na Enfermaria, o maior número de atendimento com suspeita e confirmados estão no Hospital Privado, temos o Dona Helena, Unimed e Hapvida. Essa informação de uma forma geral é melhor solicitar com a Secretaria da Saúde, porque três vezes por dia são encaminhadas as informações de controle de leitos e positivos. Sra Jaqueline pergunta: Como está a evolução das crianças e parâmetro de tratamento? Sra Estela esclarece que os casos mais graves de UTI foram de duas crianças pelas comorbidades, os casos de enfermidade o tratamento e evolução são tranquilos, acreditamos que assim que retomar as aulas em outubro, vai aumentar a demanda pelas questões respiratórias. Sra Jaqueline pergunta: A Adolescente de 16 anos que veio a óbito, foi por questões renais, ou atraso ao procurar tratamento? Sra Estela pode falar sobre esse assunto. Sra Estela explica que sobre esses questionamentos não tem informações precisas para passar, se compromete em verificar com o Diretor Técnico as informações e encaminhar no e-mail do conselho. Sr Adilson fala que as informações são: que veio transferida do Hospital São José. Sra Estela esclarece que esse adolescente

https://seil.joinville.sc.gov.br/seil/controlador.php?acao=documento&insistir_web&acao_origem=anexo_visualizar_documento=10000070916

01/08/2020

SEI/PMJ - 7025541 - Ata

internou no São José onde fez um transplante de rim, como tinha 16 anos foi transferido ao Hospital Infantil, era um paciente bem grave, devido ao transplante renal e estava com Covid. Sra Jaqueline esclarece que a pergunta se dá, porque sendo o primeiro óbito infantil em Joinville, sendo um número muito baixo de crianças contaminadas, somos representantes dos conselhos, precisamos saber as informações corretas para poder acalmar a população. Sr Adilson fala que apesar disso temos uma certa tristeza no coração, porque sabemos que não é fácil achar um doador, o fato de encontrar um doador e encontrar esse vírus é uma fatalidade. Sr Luciano: Sabemos que a classe mais afetada são os profissionais de saúde, enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, entre outros, talvez aconteça de ter profissionais com duplo vínculo, se isso ocorre, há alguma medida para esses profissionais se protegerem para não colocarem em risco seus colegas e os pacientes também. Sra Estela responde que tem muitos profissionais com duplo vínculo, no início já tivemos essa preocupação, foi estabelecido o fluxo de entrada desses profissionais, tomam banho e usam a roupa privativa do Hospital. No início houve um pânico e dificuldade com EPIs, conseguimos parceria com outros hospitais, fomos se ajudando, houve um momento de ter sessenta profissionais afastados de todas as áreas, agora estamos com nove profissionais afastados, identificamos e conversamos com os profissionais que têm duplo vínculo, os profissionais da segurança do trabalho passa nos setores para orientar e verificar se estão usando adequadamente os EPIs. Sr Luciano pergunta: Se houve a necessidade de contratação de profissionais, tendo em vista o afastamento dos profissionais ou por receberem propostas de trabalho de outros locais? Sra Estela responde que o grande volume do hospital são as cirurgias eletivas, que não estão sendo realizadas neste momento, a redução de internações foram consideráveis então conseguimos remanejar, houve algumas contratações temporárias de dez técnicos de enfermagem e cinco enfermeiros para cobrir escalas, tivemos poucos profissionais que pediram demissão, "pois existiu uma oferta maior, mais com risco maior". Sr Luciano questiona: Com relação ao impacto da pandemia seja na contratação de profissionais, em insumos, medicamentos, alguns com falta mundial, o hospital sentiu falta de uma forma generalizada ou maior. Sra Estela responde que da mesma forma que os outros hospitais sentiram no início da pandemia a falta de EPIs, depois foi normalizando, hoje o problema é com a falta de anestésico ou Kit intubação, mas o hospital infantil usa uma dose menor. O impacto muito grande nos hospitais é o aumento abusivo nos medicamentos e materiais, mesmo com itens que não são específicos para atendimento ao Covid. O hospital infantil não teve um impacto muito grande, houve as contratações de profissionais de saúde e também profissionais para a higienização. Sr Adilson pergunta: Sobre a capacidade instalada de leitos de UTI e enfermaria exclusivamente para Covid no Hospital Infantil? Sra Estela responde que hoje o hospital tem 165 leitos, desses leitos: 40 leitos de UTI, 20 neonatal, 10 UTI pediátrica, 10 UTI pediátrica - desses reservados 04 para Covid). Temos um respirador por leito, dois de reserva técnica, dois na enfermaria, mais dois para transporte. Sr Adilson pergunta: O Governo do Estado dentro dessa situação de pandemia, o que enviou para o Hospital Infantil nesse período. Sra Estela responde que, com o Estado o hospital tem um "Contrato Físico de Gestão" o qual recebe um valor fixo mensal e tem metas para atender. Ex: 100 cirurgias eletivas pediátricas, neste momento estamos recebendo o valor normal do contrato e as metas não estão sendo cobradas, que é para compensar esse período e gastos a mais que o hospital teve com relação a esse aumento abusivo de materiais e medicamentos e contratação de profissionais temporários. Sr Adilson pergunta: O quadro de médicos pediatras está normal? Sra Estela responde que esta normal, no Pronto Socorro temos três escalas 24hs, uma escala de Cirurgia Pediátrica e uma escala de Ortopedia. Com relação da equipe médica está tranquila, não tivemos pedido de saída de médicos, eles são contrato de pessoas jurídicas/prestadores de serviço. Sr Adilson pergunta: O Hospital ao identificar uma criança com Covid, usa o tratamento precoce com relação a Cloroquina e outros medicamentos? Sra Estela esclarece que é uma conduta médica, que o público infantil é muito diferente do Adulto, não houve pedido por parte do corpo clínico para que o hospital fizesse aquisição desses medicamentos. Sra Jaqueline solicita de forma explicativa como é feita a compra do Hospital, se entra na compra estadual, se o Hospital ao receber pelo contrato de Gestão as metas entram na tabela SUS. Sra Estela fala que vai dar um resumo rápido de como funciona o contrato do Hospital Infantil, temos um contrato de gestão onde está definido metas quantitativas e qualitativas, se não atingirmos as metas tem desconto financeiro, o que é feito além das metas não tem um valor a mais, são 500 cirurgias mês, têm uma margem de 15% a menos que pode acontecer, ex: mês de julho que as crianças têm muito resfriado, tem bastante cirurgias canceladas neste período. Uma meta de qualidade é faturar 100% das altas do mês, que vai para o Ministério e ele encaminha ao Estado, que por sua vez encaminha ao Município que é gestão plena, recebemos o valor fixo do contrato de gestão, não recebe por atendimentos ambulatoriais ou de Pronto Socorro, por ser um Hospital Filantrópico. Com relação as compras a gestão é 100% do hospital, tem o seu regimento, suas cotizações, é usado uma plataforma onde lança as solicitações e são cotadas com o Brasil todo, com no mínimo três orçamentos. Sra Jaqueline pergunta: Com relação aos outros profissionais do

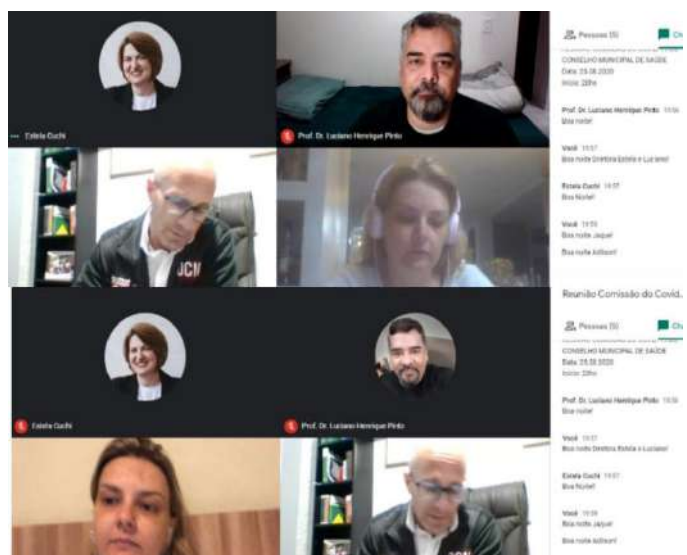
https://seil.joinville.sc.gov.br/seil/controlador.php?acao=documento&insistir_web&acao_origem=anexo_visualizar_documento=10000070916

01/08/2020

SEI/PMJ - 7025541 - Ata

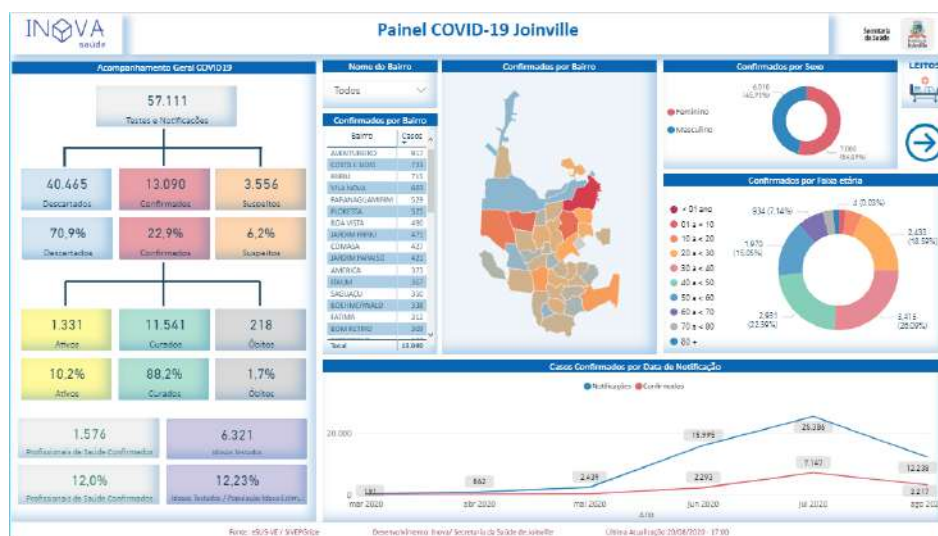
Hospital, qual é o tipo de vínculo de trabalho? Sra Estela responde que os profissionais são CLT, os Médicos pessoa jurídica, temos três médicos cedidos do Hospital Regional (antes de abrir o hospital infantil que vai fazer 12 anos, eles eram pediatras no HRDS). Sr Adilson pede para explicar essa questão do representante da cirurgia eletiva, quais os tipos de cirurgias mais atingidas e de que maneira que o Hospital vai atingir na medida do possível. Sr Estela explica que o Hospital segue o Decreto do Governo do Estado, as cirurgias eletivas não estão sendo realizadas pela falta de anestésicos, não pela capacidade do Hospital, quando retornar a normalidade e a liberação do Governo, também a questão do distanciamento para não acumular pessoas, onde atendia 04 pessoas, agora atende dois. As consultas ambulatorial estamos atendendo 50%. Sr Adilson pergunta: Quais são as cirurgias realizadas? Sra Estela responde que são Otorrino, Amígdalas, Hernia, Fimose, se o Médico perceber que não pode aguardar são realizadas. Ex: as consultas do Centrinho de Lábio Leporino que necessita ser feita antes da criança completar um ano. Todas as cirurgias são reguladas pelo SISREG, lançadas pelo município no sistema conforme solicitação médica. Sr Adilson pergunta: Os Testes nos profissionais de Saúde? Sra Estela responde que ao entrar no Hospital é verificado a temperatura, se tiver acima de 38°C é encaminhado ao Hospital Dona Helena onde o Hospital tem Convênio ou para a Medicina do Trabalho para fazer o exame, enquanto não sai o resultado ele não retorna ao trabalho, fica aguardando o resultado. Sobre os Testes rápidos optamos por não fazer. Sr Adilson pergunta: Qual o responsável técnico pelo Hospital Infantil? Sra Estela, o Diretor Médico Técnico é Dr. Rafael Oku Fernandes. Sr Adilson pergunta: Se há alguma coisa a destacar que não foi abordado. Sra Estela parabeniza pela iniciativa, agradece a oportunidade de conhecer a realidade de cada Hospital, se coloca a disposição, foi muito bem conduzida conseguimos abordar todas as questões. Sr Adilson agradece a Diretora Executiva do Hospital Infantil Sra Estela e finaliza a presença da convidada, permanecendo apenas a Comissão "On-Line". A próxima reunião será sem convidados, para fazer um balanço geral, criar novas metas em relação a Comissão, avaliação final do Pré Relatório da Comissão Covid-19/CMS e encaminhamentos. Sr Adilson encerra a reunião 21:03.

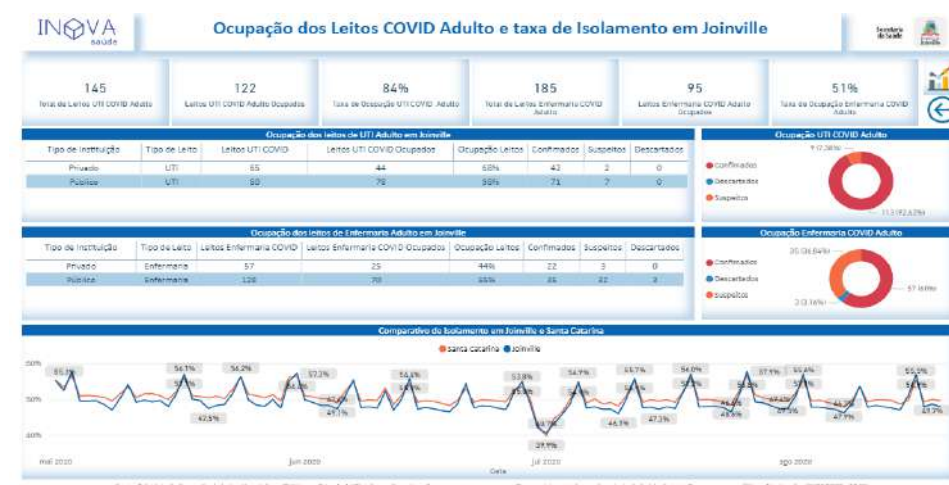
	Documento assinado eletronicamente por Jaqueline Schreiner Terra de Oliveira, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 11:42, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
	Documento assinado eletronicamente por Luciano Henrique Pinto, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 14:44, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.
	Documento assinado eletronicamente por Adilson Adolfo Correa, Usuário Externo, em 28/08/2020, às 15:02, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



<https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/atas-comissao-covid-19-cms/>

PREFEITURA DE JOINVILLE.
Dados Coronavírus Município de Joinville.
 Acesso em 21/08/20:
<https://www.joinville.sc.gov.br/coronavirus/>





Boletim diários publicados pela Secretaria de Saúde de Joinville
Dados Coronavírus Município de Joinville.
 Acesso em 20/08/20



Em novo boletim nesta quinta-feira (20/8), a Secretaria da Saúde de Joinville confirmou 13.090 no total de casos de coronavírus desde o início da pandemia. Os recuperados agora somam 11.541 e, dos confirmados, 170 estão internados, 1.161 em isolamento domiciliar e 218 perderam a vida. Já foram realizados 57.111 exames, com 40.465 descartados e 3.556 aguardando exame.

Foram confirmadas mais três mortes: uma mulher, de 78 anos e dois homens, de 46 e 73 anos.

O Painel COVID-19 Joinville é atualizado diariamente, às 18 horas, no site: joinville.sc.gov.br/coronavirus

GOVERNO DE SANTA CATARINA.

Dados Coronavírus SC

Acesso em : 21/08/20

<http://www.coronavirus.sc.gov.br/>



GOVERNO DE SANTA CATARINA.

Dados Coronavírus SC

Acesso em : 21/08/20

 **Central de Operações de
Emergência em Saúde**



ALERTA COES

Alerta 074– 18/08/2020

Região Nordeste

A partir da Portaria SES no. ° 592 de 17 de agosto de 2020 ficam estabelecidos os critérios de **funcionamento das atividades** de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde de Santa Catarina.

O monitoramento realizado a partir de dados regionais apontam que a região está classificada com **Risco Potencial Gravíssimo - vermelho** (vide <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/> > Apelo à Decisão para acompanhamento).

Segundo o Art. 3º. os municípios que compõe a região tem o prazo de 2 (dois) dias para implementar a suspensão por 14 dias das seguintes atividades:

- acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;
- cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;
- aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo;
- concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;
- conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;
- funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais;



GOVERNO DE SANTA CATARINA.

Dados Coronavírus SC

Acesso em : 21/08/20

<http://www.coronavirus.sc.gov.br/>

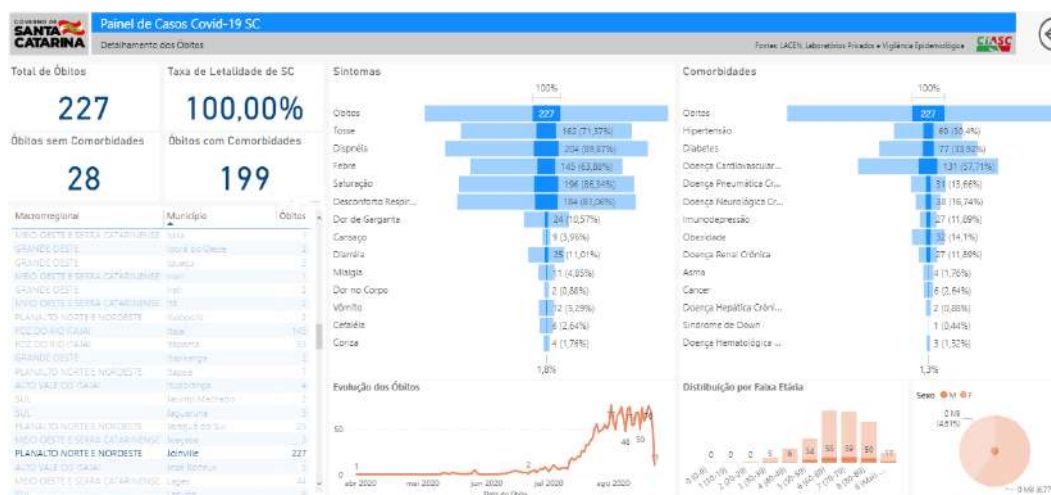


GOVERNO DE SANTA CATARINA.

Dados Coronavírus SC

Acesso em : 21/08/20

<http://www.coronavirus.sc.gov.br/>



Encaminhamentos deste Relatório:

- Prefeito de Joinville;
- Secretário de Saúde de Joinville;
- Conselho Nacional de Saúde;
- Conselho Estadual de Saúde de Santa Catarina;
- Ministério Público de Santa Catarina;
- Tribunal de Contas de Santa Catarina;
- Comissão da Saúde da Câmara de Vereadores de Joinville;
- Comissão da Saúde da OAB Joinville;
- Site da Prefeitura de Joinville, na Página do Conselho Municipal de Saúde;
- Apresentação na Assembleia Ordinária do CMS;
- Enviar para a Nominata do Conselho Municipal de Saúde e Presidentes dos Conselhos Locais de Saúde.

Joinville, 31 de Agosto de 2020.

Adilson Adolfo Correa
Coordenador

Luciano Henrique Pinto
Membro

Jaqueline Schreiner Terra
Relatora

Vilson Freitas Junior
Membro

Participação e Colaboração:

Presidente do CMS: Adilson da Silva.
Coordenadora da Área do CMS: Eliana Garcia Paterno

ANEXO:

RESOLUÇÃO Nº 58/2020 - Composição Comissão temporária para as questões do Covid-19.

O Conselho Municipal de Saúde de Joinville, em conformidade com a Resolução nº 055/2017/CMS, **RESOLVE APROVAR** a composição da Comissão temporária para as questões do Covid-19, conforme abaixo elencado:

Segmento Governo ou Prestadores de Serviço

1-Luciano Henrique Pinto - Univille - Universidade Da Região De Joinville.

Segmento Profissional de Saúde

2- Jaqueline Schreiner Terra - CREFITO 10 - Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região.

Segmento Usuários

3-Wilson Freitas Junior - Conselho Local de Saúde Comasa.

4-Adilson Adolfo Correa - OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

Assim, o Secretário Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei Federal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que no prazo, instituído na legislação vigente, esta seja devidamente Homologada e Publicada.

O Prefeito, dando Cumprimento ao que determina o Artigo 37 da Constituição Federal e o Inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução n. 453 de 10 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, **HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO.**



Documento assinado eletronicamente por **Adilson da Silva**, Usuário Externo, em 02/06/2020, às 13:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Jean Rodrigues da Silva**, Secretário (a), em 03/06/2020, às 15:22, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

Ativar o Windows

Memorando nº 108/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19
Assunto: Divulgação das informações no portal da transparencia.joinville.sc.gov.br

Joinville

Prefeitura de Joinville

MEMORANDO SEI Nº 6474425/2020 - SES.CMS

Joinville, 15 de junho de 2020.

Ao Senhor

Jean Rodrigues da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Ofício nº 108/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19

Assunto: Divulgação das informações no portal da transparencia.joinville.sc.gov.br

A Comissão temporária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville sobre os assuntos da Covid-19, solicita a divulgação das informações em tempo real de despesas do município de Joinville com o coronavírus no portal da transparencia.joinville.sc.gov.br, sendo que a última atualização consta em 29 de maio.

Considerando o disposto na Lei Nº 8.619, que dispõe, em seu art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete: I- acompanhar, analisar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde no Município;

Considerando o disposto na Lei federal Nº 13.979/2020, que estabelece as medidas de emergência para saúde pública por causa do novo coronavírus. As regras devem ser aplicadas em todos os níveis, incluindo a União, os estados e os municípios;

Considerando o disposto na Lei federal Nº 13.979/2020, que dispõe, o caput § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em site oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando o disposto na Lei Nº 12.527, que dispõe "DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO", em seu art.6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

- I- gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;
- II- proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

Na certeza de uma brevidade de resposta, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_sei&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=100000070961... 1/2

21/06/2020

SEI/MJ - 6474425 - Memorando



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Adolfo Correa**, Usuário Externo, em 15/06/2020, às 13:30, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

MEMORANDO SII N° 6479035/2020 - SIES.DAF

Ao Conselho Municipal de Saúde:

Page 18 of 24

Na imagem identificamos que houve um intervalo de 5 dias entre os dois últimos processos. Como o link refere-se apenas aos processos realizados com a ratificação da Lei 13.979/2020 (COVID-19) é possível que tenha um intervalo sem associações com esta normativa.

Nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Attachments

Ofício nº 113/2020/Comissão Temporária do CMS – Covid-19

Assunto: Esclarecimento a respeito de informações do portal da transparencia.joinville.sc.gov.br

Ao Senhor
Claudio Aragão
Presidente da Câmara de Vereadores de Joinville

Ofício nº 113/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19

Assunto: Esclarecimento a respeito de informações do portal da transparencia.joinville.sc.gov.br

A Comissão do Conselho Municipal de Saúde de Joinville sobre os assuntos da Covid-19, solicita esclarecimento a respeito de compras sem licitações e sem orçamentos de empresas(houve cotação e estas podem ser disponibilizadas). **aquisição de 1000 (mil) máscaras para proteção facial de pano e a compra de 60 dispenser de álcool gel** para uso interno da Câmara, despesas do município de Joinville com o coronavírus no portal da transparencia.joinville.sc.gov.br.

Empenho: 250 (Orçamentário) **Objeto:** Aquisição de 30 unidades de dispenser de parede de álcool gel, para instalação nas entradas e corredores das dependências da Câmara de Vereadores de Joinville, visando a prevenção da pandemia do COVID-19.

Empenho: 252 (Orçamentário) **Objeto:** Aquisição de 30 unidades de dispenser de parede para álcool gel, para instalação nas entradas e corredores das dependências da Câmara de Vereadores de Joinville, visando a prevenção da pandemia do COVID-19.

Empenho: 238 (Orçamentário) **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de 1.000 (mil) unidades de máscaras de proteção, em tecido duplo, 100% algodão, lavável, com elástico, na cor branca, para distribuição na Câmara de Vereadores de Joinville, devido a pandemia do Covid-19.

Considerando o disposto na Lei Nº 8.619, que dispõe, em seu art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete: I- acompanhar, analisar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde no Município;

Considerando o disposto na Lei federal Nº 13.979/2020, que estabelece as medidas de emergência para saúde pública por causa do novo coronavírus. As regras devem ser aplicadas em todos os níveis, incluindo a União, os estados e os municípios;

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_arquivo&origem=arquivo_visualizar&id_documento=10000071336... 1/2

21/08/2020

SEI/PMJ - 6507500 - Ofício

Considerando o disposto na Lei federal Nº 13.979/2020, que dispõe, o caput § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em site oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando o disposto na Lei Nº 12.527, que dispõe "DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO", em seu art.6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I- gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II- proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;


 CÁMARA DE VEREDADORES DE JOINVILLE
 

Joinville, 23 de junho de 2020.

Assunto: **Presta esclarecimentos.**

Senhor Coordenador,

A r. Comissão do COVID-19 pugna por informações nos seguintes termos:

Assim, finalmente, a respeito de infrações do direito da transmissão, entende-se que:

A Comissão do Conselho Municipal de Saúde de Jussara sobre os assuntos da Covid-19, solicita esclarecimento à respeito de como as empresas e seus empregados de manuseio de contêineres e estes podem ser disponibilizados, aquisição de 1000 (mil) máscaras para proteção facial de uso e o compra de 60 dispenser de álcool gel por empresa no Estado da Paraíba, dispondo do município de Jussara conta o município de Jussara, de manuseio de contêineres na indústria de cimento.

Empenho: 256 (Quarenta e seis) Ojetos: Aquisição de 30 unidades de disponibilidade de suporte de armazenamento, para instalação nas estruturas e computadores das dependências da Câmara de Vereadores de Anápolis, visando a preservação da memória do COAD-19.

Respostas: 252. (Organizatório) **Objetivo:** Aquisição de 30 unidades de dispenser de álcool para álcool 70%, para instalação nas unidades e computadores das dependências da Câmara de Vereadores de Jacareí, visando a prevenção da pandemia do COVID-19.

Resumo. 228 (Ogipensimio) Objeto: Constituição de empresa para fornecimento de 1.000 mil unidades de minicams de proteção, em tecido duplo, 100% algodão, lavável, com elástico, em cor bege, para distribuição no Centro de Verões de Juazeiro, devido a pandemia de COVID-19.

Considerando a disposto na Lei Nº 8.659, que dispõe, em seu art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete: I - acompanhar, analisar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde no Município;

Considerando o disposto na Lei Federal N° 13.978/2020, que estabelece as medidas de emergência para saúde pública por causa de maior contaminação. As regras devem ser aplicadas em todos os níveis, incluindo o União, os estados e os municípios.

Considerando-se a disposição na Lei Federal Nº 13.979/2020, que dispõe, in caput § 2º: Todavia as contraindicações ou apelações tendentes aos Faltas contra Lei serão imediatamente disponibilizadas aos atos oficiais respectivos na rede nacional de computadores da administração, contendo, no que couber, além das informações previstas no § 1º, do art. 36 da Lei Nº 13.577, de 18 de novembro de 2019, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o grau de contumácia, o valor e a respectiva prestação de alimentos obrigatórios.

Considerando a disposto na Lei Nº 11.517, que dispõe "DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO": em seu art.6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a

II - **entrega da informação:** apresentando sua disponibilidade, acessibilidade e integridade.


 CÁMARA DE VEREDADORES DE JOINVILLE
 

Desta feita, cumpre esclarecer que no âmbito deste Poder Legislativo a aquisição de máscaras foi feita em decorrência da ordem estatuida no art. 1º e inciso III, do **Decreto Municipal nº 37.892, de 13 de abril de 2020**, que **"DISPÕE SOBRE O USO DE MÁSCARAS DE PROTEÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**, in verbis:

O Prefeito de Joinville, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e XII do artigo 68, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 37.874, de 06 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A utilização de máscaras de proteção será obrigatória para as seguintes atividades:

Obrigatória para as seguintes atividades:
1 - Para acesso a estabelecimentos comerciais cujo funcionamento esteja autorizado pelas normas federais, estaduais e municipais;

II- Para uso de táxi ou transporte compartilhado de passageiros;
e

III. Para o desempenho de atividades laborais em ambientes compartilhados com outras pessoas, nos setores público e privado.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, poderão ser utilizadas máscaras de proteção confeccionadas de forma artesanal, desde que contenham duas camadas de pano e estejam devidamente fixadas e ajustadas ao rosto".
(Destacamos)

Já a aquisição de dispensadores de álcool gel decorre de determinação dada pelo art. 28, inciso III, do **Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020** que “*Declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências*”, a saber:

Art. 28 Os órgãos e as entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual deverão:

1 - avaliar a imprescindibilidade da realização de reuniões presenciais, adotando, preferencialmente, as modalidades de áudio e videoconferência;

See: [Harrison Annual Lesson: 1100 Storm Systems: Scholastic](#) - (PDF 80221-006 - www.pdf-archive.com)

Av. Hermann August Lesser, 1100, Bairro Sagrado, Joinville/SC - CEP 89231-305 - www.civic.org.br

Ofício nº 121/2020/Comissão Temporária do CMS – Covid-19
Assunto: Solicita informações do Boletim da Covid-19 em forma de Gráfico.



Prefeitura de Joinville

OFÍCIO SEI Nº 6538595/2020 - SES.CMS

Joinville, 23 de junho de 2020.

Ao Senhor
Jean Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde

Ofício nº 121/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19

Assunto: Solicita informações do Boletim da Covid-19 em forma de Gráfico.

A Comissão temporária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville sobre os assuntos da Covid-19, solicita **informações do Boletim da Covid-19 em forma de Gráfico**, para análise e colaboração dessa comissão, considerando que facilita a análise dos dados de forma simples.

Na certeza de uma brevidade de resposta, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

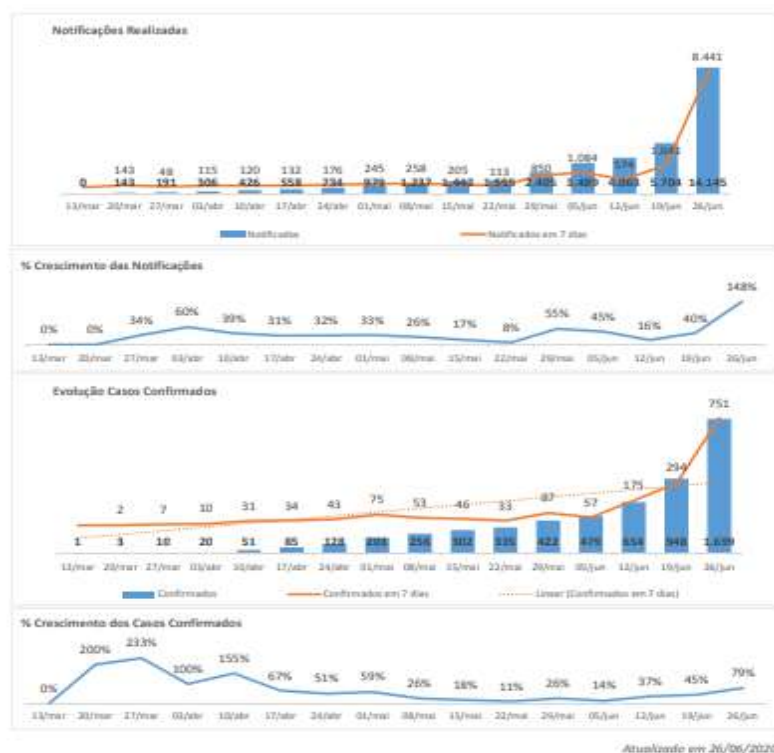
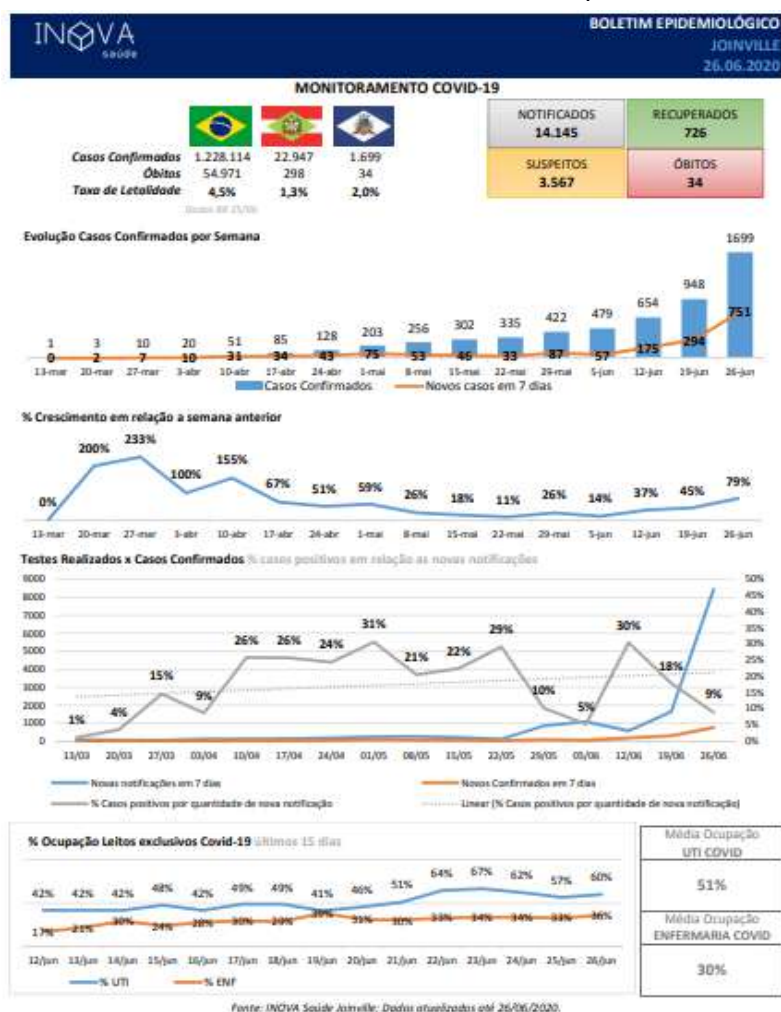


Documento assinado eletronicamente por **Adilson Adolfo Correa**, **Usuário Externo**, em 23/06/2020, às 14:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **6538595** e o código CRC **B23A4F4E**.

Resposta da SMS ao Ofício nº 121/2020/Comissão Temporária do CMS – Covid-19



Ofício nº 128/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19
Assunto: Informação portal da transparencia.joinville.sc.gov.br.



Prefeitura de Joinville

OFÍCIO SEI Nº 6659602/2020 - SES.CMS

Joinville, 09 de julho de 2020.

Ao Senhor

Jean Rodrigues da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Ofício nº 128/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19

Assunto: Informação portal da transparencia.joinville.sc.gov.br.

A Comissão temporária do Conselho Municipal de Saúde de Joinville sobre os assuntos da Covid-19, **solicita histórico completo das movimentações no portal da transparencia.joinville.sc.gov.br**, compreendendo, inclusive, a data em que cada item foi inserido, se possível.

Considerando o disposto na Lei Nº 8.619, que dispõe, em seu art. 3º Ao Conselho Municipal de Saúde compete:

I- acompanhar, analisar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde no Município;

Considerando o disposto na Lei federal Nº 13.979/2020, que estabelece as medidas de emergência para saúde pública por causa do novo coronavírus. As regras devem ser aplicadas em todos os níveis, incluindo a União, os estados e os municípios;

Considerando o disposto na Lei federal Nº 13.979/2020, que dispõe, o caput § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição;

Considerando o disposto na Lei Nº 12.527, que dispõe "DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO", em seu art.6º Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

I- gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação;

II- proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade;

https://sei.joinville.sc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=100000072080 1/2

Em atenção ao OFÍCIO SEI Nº 6659602/2020 - SES.CMS, no site do Portal da Transparência de Joinville.



Prefeitura de Joinville

MEMORANDO SEI Nº 6675449/2020 - SES.UAFACI

Joinville, 10 de julho de 2020.

A SIS.DAF

Em atenção ao OFÍCIO SEI Nº 6659602/2020 - SES.CMS, no site do Portal da Transparência de Joinville encontra-se demonstrada as despesas realizadas em razão da pandemia do Coronavírus, o qual passou por atualização de parâmetro de busca no sistema e-Pública no dia 06/07/2020 às 13:58 horas, conforme informação no chamado (ID 2019093908, imagem abaixo) para o setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Joinville e o mesmo foi encerrado às 17:40 horas do mesmo dia.

Tal procedimento incluiu a palavra "coronavírus" nos parâmetros de busca e, consequentemente, atualizou o site com mais informações sobre a execução das despesas.

● Empenhos COVID19 no Portal da Transparência (Entidade raiz) > 10 > 1

Filtros de busca de tempo: 1

Chamado: 1

Processando chamado: 3

Exatidão: 1

Baixar do Cadastro: 1

Nome: 1

Matrícula: 1

Ordem de Serviço: 1

Imprimir em PDF: 1

Tela: 1

Histórico de ações:

06-07-2020 17:08

Maria Clara Corradi Dos Santos

Realizou a atualização do sistema e-Pública no dia 06/07/2020 às 13:58 horas, conforme informação no chamado (ID 2019093908, imagem abaixo) para o setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Joinville e o mesmo foi encerrado às 17:40 horas do mesmo dia.

06-07-2020 16:00

Anna Flavia Bittencourt Augusta

Atualizou o sistema e-Pública no dia 06/07/2020 às 13:58 horas, conforme informação no chamado (ID 2019093908, imagem abaixo) para o setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Joinville e o mesmo foi encerrado às 17:40 horas do mesmo dia.

06-07-2020 13:58

Maria Clara Corradi Dos Santos

Atualizou o sistema e-Pública no dia 06/07/2020 às 13:58 horas, conforme informação no chamado (ID 2019093908, imagem abaixo) para o setor de Tecnologia da Informação da Prefeitura de Joinville e o mesmo foi encerrado às 17:40 horas do mesmo dia.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por Anna Flavia Bittencourt Augusta, Coordenador (a), em 10/07/2020, às 16:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 5.519, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.transparencia.joinville.sc.gov.br> informando o código verificador 6675449 e o código CRC 6E2600B.

Em resposta ao Ofício nº 128/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19

Joinville, 10 de junho de 2020.

À Comissão Temporária do CMS

Assunto: Resposta ao Ofício nº 128/2020/Comissão Temporária do CMS - Covid-19

Em resposta ao ofício supracitado, após contato com a Coordenação do Conselho Municipal de Saúde, entendemos que as informações requeridas são motivadas por informações que em consultas anteriores não apareciam no Portal da Transparência e agora estão aparecendo.

Conforme relatado no Memorando SEI [6675449](#), o site do Portal da Transparência passou por uma atualização de parâmetro de busca no sistema e-Pública. Tal procedimento incluía a palavra "coronavírus" nos parâmetros de busca e, conseqüentemente, atualizou o site com mais informações sobre a execução das despesas.

Nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,